

# EM TEMPO:

Periódico Nacional ● Ano VIII ● junho de 1985 ● Cr\$ 2.000

Eleições municipais

## O PT deve lutar por candidaturas classistas

A conjuntura exige: independência dos partidos burgueses, oposição clara a Aliança Democrática e um programa socialista

Páginas 3, 6, 7 e 8



América Latina

### A luta dos trabalhadores contra o FMI

Páginas 16 e 17

### O que é a reforma agrária da "Nova República"

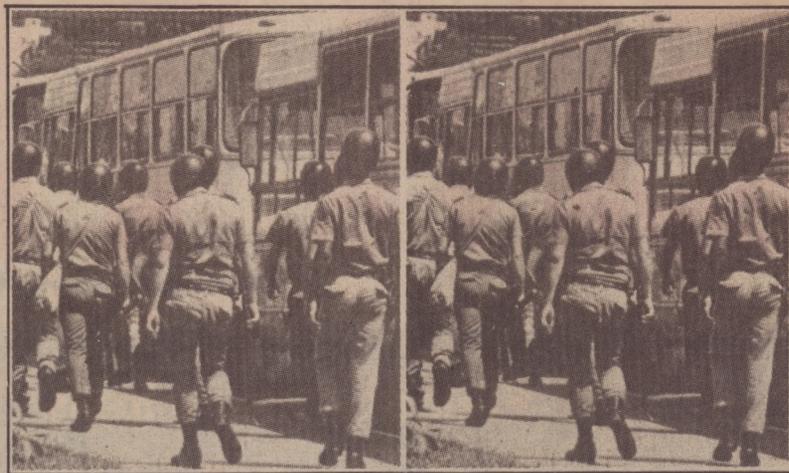
Páginas 10 e 11



# A vertente policial do pacto social

*A política de dobrar a espinha diante do FMI e posar de valente implica na domesticação do movimento operário e camponês. Nada de greve e invasões de terras nessa hora tão imprópria de negociações com o FMI: é o lema do governo Sarney.*

Isaac Akcelrud



A façanha maior dos heróis da "Nova República" resume-se à combinação de frases liberalizantes com ações repressivas. Frases o vento as leva. Os atos cortam na carne do povo. Exatamente como antes, sem tirar nem pôr, todas as decisões do governo são condicionadas e influenciadas pelo SNI.

É reconhecido o "direito universal de greve reivindicatória", mas "dentro dos limites estritos da lei", isto é, da legislação de arrocho da ditadura. Para os trabalhadores rurais sem terra acenam com a reforma agrária, mas a verdade é o que dizem os latifundiários: trata-se apenas de regulamentar o Estatuto da Terra, uma lei da ditadura militar feita de encomenda para impedir a reforma agrária. Isto leva a vantagem adicional de não depender de aprovação do Congresso e pode ser reforçado com a ordem segundo a qual "não será tolerada nenhuma violação da propriedade". Quer dizer, o latifúndio é declarado intocável.

## O FMI não faz concessão

Tudo isto é consequência inevitável da submissão colonial ao FMI. Os interventores dos bancos imperiais na economia brasileira estão ditando os termos da nova carta de intenções. Não fazem concessão alguma, não facilitam uma vírgula, não abrem mão de um centavo sequer. Anote-se:

— O FMI já informou ao governo brasileiro que só estará disposto a liberar este ano 25% do montante negociado. Isto significa 350 a 375 milhões de dólares em lugar de US\$ 1,6 bilhão. (O Globo, 25.5.85).

— Se aceitarmos a imposição do pagamento do serviço da dívida com juros flutuantes, ao sabor da vontade dos credores e sem um limite de uma porcentagem do saldo da balança comercial, estaremos submetidos a uma recessão perpétua e pagando os juros com a fome dos brasileiros. (Senador Severo Gomes, Folha de São Paulo, 19.5.85)

— Sem disciplina fiscal (leia-se aumento de impostos) e força política (leia-se poder de repressão), países do mundo em desenvolvimento como o Brasil tornam impraticáveis novos em-

préstimos externos. (Conclusão da Conferência Monetária Internacional reunida em Hong Kong, em junho de 1985).

— Países como Argentina e Brasil estão fora de curso. Falharam nos programas de reescalonamento da dívida instituídos pelo FMI. (Willard C. Butcher, presidente do Chase Manhattan Bank ao qual está ligado o grupo Sul América). A menos que a Argentina e o Brasil apertem os cintos, não receberão mais empréstimos do exterior. (Walter Seip, presidente do Commerzbank, de Frankfurt, Alemanha Federal, um dos acionistas estrangeiros do Unibanco, grupo Moreira Salles).

— A aquiescência à política contracionista exigida pelos credores poderá significar o prosseguimento dos enormes sacrifícios suportados desde 1981. (Editorial da Folha de S. Paulo, 1.6.85)



**Frases liberalizantes e ações repressivas. Frases o vento as leva. Os atos cortam na carne do povo.**

— Os banqueiros acham que se procura criar um clima político em que o governo (Sarney) se submeta ao FMI mas possa, ao mesmo tempo, declarar-se independente. (Paulo Francis, correspondente em N. York, 29.5.85)

## A intervenção do SNI

Essa política de dobrar a espinha ante o FMI e posar de valente implica na domesticação do movimento operário e camponês. Só assim se evitará a impertinência de tanta greve nas cidades e tanta invasão de terras no campo, logo na hora tão imprópria das negociações com o FMI.

A ambivalência liberalismo/repressão, duas faces da mesma moeda, se traduz na congeminção do pacto social com a contenção policial. O canal para o fator policial é o critério da essencialidade. O Conselho de Segurança Nacional e o SNI liberaram algumas

informações a respeito por ocasião da movimentação do Pacto Sindical de Serviços Essenciais (PISE). "Os planos são extremamente detalhados (...) Está previsto o número de pessoas que serão recrutadas, como levá-las aos aeroportos, quem irá recebê-las e também como proceder à ocupação dos órgãos públicos e reagir (sic), se houver violência por parte dos grevistas." (J. do Brasil 19.5.85)

Na mesma época, o governador Jair Soares pediu orientação ao Planalto sobre as greves. Sarney em pessoa mandou que se dirigisse ao ministro-chefe do SNI que não foi encontrado pois estava em São Paulo transmitindo instruções ao sr. Montoro. O general Ivan de Souza Mendes é um homem ativo e eficiente, um quadro da "Nova República". Foi ele quem comunicou a Almir Pazzianotto — não negociou, comunicou — que o "núcleo do governo" não queria saber de greves nos serviços públicos essenciais.

O general já tinha se entendido antes com Roberto Gusmão e Antonio Carlos Magalhães e com eles "reforçou a argumentação do aparelho de segurança do governo favorável ao uso de mais energia para conter as greves nos setores essenciais". Assim foi partejada a nova lei de greve assinada pelo ministro do Trabalho que também "descobriu" grupos radicais envolvidos na mobilização dos trabalhadores graças à diligente ajuda do general. É preciso neutralizar os radicais.

## Os fura-greves

Nessa missão já nitidamente policial, "Pazzianotto vem recebendo uma ajuda decisiva do PCB e, em menor escala, do PC do B (...) O Partido Comunista Brasileiro foi, talvez, o que mais se empenhou para evitar que o PISE generalizasse as paralisações", informou sem contradição o repórter Gilberto Dimenstein, do *Jornal do Brasil*. Depoimento mais importante ainda é o do líder do Partido da Frente Liberal (Aureliano, Marco Maciel, Setubal & Cia.) na Câmara, deputado José Lourenço. Disse o parlamentar neorepublicano que "o PT dificilmente sentará à mesa de negociação (do pacto social) devido ao seu envolvimento com as greves e ao seu próprio projeto político". Gente fina para José Lourenço está na outra banda, pois o momento é de "co-responsabilidade, como têm demonstrado o PCB e o PC do B". É isso aí.

A vertente policial do pacto social tem suas raízes nas imposições do FMI, passa pela operação plástica destinada a disfarçar o focinho da lei de greve e pela empulhação da reforma agrária inspirada em Castelo Branco, para desembocar na co-responsabilidade dos Giocondos e Amazonas, que assumem galhardamente o papel de aliados da burguesia no seio do movimento operário. Esses fura-greves.

## Uma sinuca de bico

Apesar de tão prestimosa ajuda, o pacto anda a passo de cágado. A sinuca é a seguinte. Para lubrificar o cami-

nho do FMI tem que sair antes do acordo com os banqueiros credores. Para acomodar os interesses dentro do governo tem que sair depois do acordo com o FMI.

Mesmo os economistas burgueses são capazes de detectar os dois conflitos insanáveis que aprisionam o governo Sarney na impotência. De um lado, a contradição entre a economia nacional e os credores externos, pois tudo o que o país produz se destina a pagar os juros da dívida. De outra parte, a contradição entre o povo brasileiro (chamado de "contribuintes") e os credores internos, os detentores de títulos públicos, rentistas parasitários e felizardos sócios da inflação. Tudo somado são Cr\$ 90 trilhões de juros só este ano. Para pagar essa fábula, a economia teria que crescer a uma taxa superior a 14%. Um absurdo.

**As classes dominantes estão perplexas, confusas, divididas. Tudo lhes serve de pretexto para adiar decisões.**



As classes dominantes estão perplexas, confusas, divididas. Tudo lhes serve de pretexto para adiar decisões. Precisam manter as aparências perante o FMI o qual estão enfeudadas. Necessitam simular coesão internamente para manter o poder de coação contra as temidas lutas populares. No entretanto das desconfianças mútuas, das rivalidades eleitorais, das rasteiras no jogo do poder e dos descontentamentos já incontroláveis, as lideranças burguesas se entredevoram, os partidos se esfacelam e se recompoem. É uma guerra de foice no escuro.

Quem lhes traz o bálsamo para as feridas e funciona como cola plástica nas fissuras e fraturas da Frente Democrática, são os arautos da conciliação de classe. Dividem o movimento operário, coesionam o front burguês. Esses fura-greves.

Forçados ao debate sobre o direito de greve e a reforma agrária, apesar da má fé, rendem involuntário tributo às lutas do povo brasileiro. Quem estabelece a ordem do dia do debate político é o movimento independente da classe operária. Cada vez mais decididamente, os trabalhadores encabeçam a resistência nacional à espoliação imperialista. É a única garantia de liberdade, independência e democracia.

## Errata

No artigo "A 'Nova República' e as greves", de autoria de Isaac Akcelrud, publicado na edição de número 200, foi cometido um erro de revisão: Ao final do artigo onde se lê "O que há de novo é a república de Sarney. É o despertar simultâneo dos peões nas fábricas e dos sem-terra no campo" leia-se: "O que há de novo não é a república de Sarney. É o despertar simultâneo dos peões nas fábricas e dos sem-terra no campo."

## EM TEMPO:

**Conselho Editorial:** Aluisio Marques, Alvaro Merlo, Américo Bernardes, Antônio Hélder, Carlos Henrique Árabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Luci Ayala, Márcio Gomes, Octaviano Carvalho, Raul Pont, Régis Moraes, Sérgio Moura.

**Jornalista Responsável:** Américo Antunes — Reg. MTPS nº 2.769.

**EM TEMPO:** é uma publicação da Editora Aparte Ltda. — R. Francisco Leitão, 57 — Pinheiros, São Paulo — CEP 05414 — Fone: 852-8880 — CGC nº 46.093.549/001-10.

**Sucursais:** Belo Horizonte: R. Guajajaras, 329 — sala 12 — CEP 30 000; Porto Alegre: R. Fernandes Vieira, 618 — loja 4 — Bom Fim — CEP 90 000; Rio de Janeiro: R. Senador Dantas, 117 — sala 1.414 — CEP 20 031; Vitória: Caixa Postal 1.427 — CEP 29 000; Natal: Caixa Postal 1.550 — CEP 59 072; Belém: Caixa Postal 4.001 — CEP 66 000; Florianópolis: Caixa Postal 5 088 — Cidade Universitária — CEP 88 000; Goiânia: Caixa Postal 469 — CEP 74 000.

Tiragem desta edição: 9000 exemplares.

Composto e impresso na Companhia Editora Joruês — Rua Arthur de Azevedo, 1977 — Pinheiros — São Paulo.

A importância política das eleições para prefeito das capitais vem crescendo a cada dia. Do lado do governo da Aliança Democrática, elas representam uma forma de satisfazer parcialmente as pressões generalizadas por avanços democráticos, desviando por outro lado as cobranças nos mais diversos planos feitas ao governo central. Além disso, estas eleições são também um palco de disputa entre o PMDB e o PFL, cada um procurando ampliar seu espaço no governo com a obtenção de melhores resultados.

Para o PDT, as eleições para as prefeituras são uma oportunidade de aparecer como uma oposição à Aliança Democrática, à sua esquerda e ao mesmo tempo "confiável", não desestabilizadora, isto é, assimilável pela burguesia. O PDT tem se fortalecido captando elementos insatisfeitos em outros partidos, especialmente no PMDB.

No campo burguês aparecem ainda livre-atiradores como o ex-presidente Jânio Quadros, com um razoável apelo popular e que procura canalizar para a direita a insegurança principalmente de setores da pequena burguesia. Já o PDS, muito enfraquecido, tem objetivos modestos, fundamentalmente de procurar se manter à tona, não tendo nenhuma chance nas principais capitais.

Como as primeiras eleições que se realizam após o fim da ditadura militar, e numa acirrada disputa entre os principais partidos burgueses, as eleições para prefeito vem ganhando claramente uma importância nacional, tanto pelos temas em debate (destacando-se as posições sobre a Constituinte) quanto principalmente pelas personalidades que disputam: alguns dos principais políticos do país, como os senadores Fernando Henrique Cardoso e Saturnino Braga, o ex-deputado Alceu Collares, o deputado Jarbas Vasconcelos, além do já citado Jânio Quadros.

### Uma situação complexa e difícil

A política dos partidos burgueses é de imprensar o movimento operário entre as várias alternativas burguesas, procurando fazer com que os trabalhadores tenham de escolher entre o PMDB e o PDT.

Os partidos que se reivindicam do movimento operário e que até agora se abrigam no PMDB, em processo de legalização, o PCB e o PC do B, reforçam esta política da burguesia de manter o movimento operário e popular na dependência da burguesia. Na grande maioria dos casos, sua posição nas próximas eleições será de apoiar candidatos burgueses; só excepcionalmente lançarão candidatos próprios. Assim, mais uma vez, cabe ao PT a defesa de uma política independente dos trabalhadores.

A situação na qual o PT se enfrenta é complexa e difícil. O avanço da transição controlada pela burguesia deixou o partido momentaneamente

isolado, com o respaldo popular conseguido pela Aliança Democrática, principalmente com a doença e a morte de Tancredo. Alguns setores deixaram o partido. Além disso, o PT enfrenta agora uma disputa mais acirrada no campo popular, com o reforço do PDT que busca uma imagem de "à esquerda da Aliança Democrática", com o próprio PMDB procurando se apresentar como a ala progressista do governo, com o PCB e o PC do B aparecendo com mais força. O prazo para um desgaste da Aliança Democrática no governo ainda é pequeno.

### Elementos favoráveis

Mas há também elementos extremamente favoráveis para o PT no atual momento político. O governo da "Nova República" foi recebido com uma onda de greves, que continuava as mobilizações dos meses anteriores. Os trabalhadores demonstram assim que mantêm e reforçam a sua combatividade, deixam claro que não deixarão de lado facilmente suas reivindicações fundamentais. O fato de que muitas greves não foram vitoriosas não significa que elas vão parar, e muito menos que a pressão por mudanças vá arrefecer. Esta combatividade dos trabalhadores tem reforçado a CUT, e colocado a Conclat na defensiva, perdendo espaço no movimento sindical. Ao que tudo indica até agora, o governo não conseguirá impor um "pacto social". Há, portanto, uma sólida base social para uma política independente dos trabalhadores.

Neste quadro, fica claro qual deve ser a orientação básica do PT nas eleições para as prefeituras: apresentar uma alternativa própria dos trabalhadores, contribuindo para desenvolver sua independência política, para o avanço da sua organização independente.

Estas eleições são uma grande oportunidade para a defesa de políticas de interesse dos trabalhadores e dos setores populares, tanto voltadas para as questões especificamente municipais quanto com relação às grandes questões nacionais. Neste sentido, estas eleições devem ser encaradas inclusive como um momento da preparação das eleições para a Constituinte.

### Não ter ilusões

No plano municipal, não podemos ter a ilusão de que estamos disputando uma parte do poder de Estado. As prefeituras têm poucos poderes e uma reduzida autonomia. Tampouco podemos pensar que nosso objetivo central seja o de criar "prefeituras modelo" do ponto de vista técnico da gestão em cidades endividadas, dependentes do poder central e numa situação de crise. Neste plano, o PT não tem vantagens decisivas sobre o PMDB, por exemplo, que pode até apresentar mais "técnicos".

Sem deixar de lado os aspectos "técnicos" da gestão das prefeituras, o que distingue o PT é poder utilizar as eleições para reforçar a organização



*O PT está diante de uma encruzilhada nestas eleições. Ou se apresenta com o intérprete dos interesses dos trabalhadores e cresce ou vai a reboque de algum partido burguês e é engolido, perdendo mais espaços políticos.*

dos trabalhadores, criando melhores condições para futuras disputas. E não ter nenhum escrúpulo em atacar interesses burgueses para defender interesses populares.

### PDT: um partido burguês e populista

É a partir desta ótica que devemos avaliar as candidaturas do PT e as possibilidades de coligações. Naturalmente, não podemos pensar que o PT reúna todo o movimento operário e popular: por esta razão, temos todo o interesse em realizar coligações neste campo, com uma plataforma de defesa dos interesses dos trabalhadores e uma política voltada para reforçar a sua organização. Neste sentido temos nos dirigido a setores dissidentes do PMDB ou do PDT, aos partidos que se reivindicam do movimento operário e popular em geral. Até agora, as possibilidades de realização de blocos com este caráter são reduzidos, dada a política de colaboração de classes realizada pelos setores citados.

Assim, o PT tem de se orientar para o lançamento de candidatos próprios, em alguns casos podendo conseguir alguma ampliação, na maioria dos casos concorrendo com suas próprias forças.

Não faz sentido a proposta de setores do partido de apoiar candidatos como Saturnino Braga ou Alceu Collares. Independentemente da avaliação que possamos ter sobre estes senhores, o fato é que são candidatos oficiais do PDT, partido burguês populista que abriga muitos ex-arenistas (como Adhemar de Barros Filho, Jaime Lerner), que não tem nada a ver com a organização independente dos trabalhadores. Apoiar um candidato destes é reforçar um setor da burguesia no seu projeto de dificultar a luta dos trabalhadores. Os que argumentam que o PT deve fazer isto por não ter força própria dizem na verdade que o PT, por não ter força suficiente, deve renunciar a seus objetivos fundamentais. Claro que isto não faz sentido. Além do mais, o PT pode ter uma força expressiva, justamente expressando o avanço que os setores combativos do movimento operário e popular têm tido.

### O PT diante da encruzilhada

Além disso, resolver lançar um candidato próprio não resolve a questão da política do PT nestas eleições: não basta ser do PT para ter condições de fazer avançar a luta dos trabalhadores, é preciso ter propostas que tenham este objetivo claro.

Por exemplo, um candidato como o deputado Mares Guia à prefeitura de Belo Horizonte, com a postura que tem adotado, dificilmente seria de alguma valia para o movimento operário. Mares Guia, que acaba de promover uma homenagem ao ministro Pazzianotto, na Assembléia Legislativa mineira, recusa-se a fazer oposição à Aliança Democrática e ao governo (federal ou estadual), recusa-se a discutir o seu programa com o partido, e vem desenvolvendo para tentar ganhar a convenção os métodos mais estranhos à prática petista (ver matéria na página 7). Desta forma, diferencia-se muito pouco dos candidatos da burguesia.

O PT está diante de uma encruzilhada. Se se apresenta como intérprete dos interesses dos trabalhadores e como batalhador pelo reforço da sua organização independente, da sua política independente, pode crescer justamente a partir do avanço destes setores sociais. E contribuirá de maneira decisiva para construir uma alternativa operária e popular à Aliança Democrática. Se, por outro lado, vacila e vai a reboque de algum setor da burguesia, será engolido e perderá mais espaço político. E contra isto lutamos com todas as nossas forças.

# Os limites da nova lei de greve

*O ante-projeto da nova "lei de greve" apresentado pelo ministério do Trabalho tem sido saudado como um grande passo democrático. No entanto, uma análise mais detida mostrará o inverso.*

Laan Izidoro

**N**a verdade, o anteprojeto busca inviabilizar as greves e atende às reivindicações do ... empresariado.

A Justiça do Trabalho está presente em todos os momentos do processo grevista e tomará as suas decisões levando em consideração as outras leis vigentes, em particular a CLT. O que já dá um quadro de quão favorável será aos trabalhadores...

O procedimento definido no anteprojeto, ao invés de definir a greve como um instrumento de pressão dos trabalhadores, utilizado quando já se esgotaram as negociações com os patrões e a proposta da Justiça do Trabalho não satisfaz as reivindicações exigidas, coloca a greve como uma etapa da negociação que será submetida à Justiça do Trabalho, que é quem dará a palavra final: Colocada desta maneira, para que serve a greve?

A Justiça do Trabalho tem a última palavra: eis a essência do anteprojeto. E conhecemos bem ao lado de quem está esta palavra: dos patrões.

## Compromisso de não fazer greves

Há uma grande inovação neste anteprojeto em relação à lei 4.330: é acrescentada uma cláusula que os empresários estão tentando impor aos trabalhadores nas últimas convenções coletivas, que é o compromisso de não fazer greves durante a vigência dos acordos coletivos. Esta cláusula foi reivindicada, por exemplo, pela Fiesp como uma pré-condição para iniciar as negociações com os metalúrgicos na campanha salarial deste ano. Com o que os trabalhadores não concordaram. No entanto, esta cláusula aparece agora no anteprojeto do ministério do Trabalho.

No artigo 6º é definida a vigência do acordo coletivo como tendo um período mínimo de um ano e um período máximo de dois anos.

No artigo 22º, está escrito que será julgada "improcedente" a greve que "...tiver por objetivo alterar condições constantes de cláusulas e acordos, con-

venção ou decisão da Justiça de Trabalho, em vigor..."

A experiência recente do movimento operário demonstra a importância das lutas fora dos períodos "normais" de negociação: foram elas que derrubaram na prática os decretos 2.045 e 2.046, conquistaram o trimestral para inúmeras categorias e enfrentaram as demissões. Esta é a experiência que o empresariado quer matar com sua cláusula antigreve.

## O anteprojeto piora a lei n° 4.330

A lei 4.330 nada falava sobre os piquetes. Já a proposta do ministro Almir Pazzianotto é explícita em relação a eles. No artigo 25, diz que constituem "... violação do direito de greve, autorizando a interrupção das negociações e a imediata instauração do dissídio coletivo... O bloqueio do estabelecimento ou interrupção do acesso ao local de trabalho".

De quebra, o anteprojeto já absorveu as novas formas de luta operária... para enquadrá-las e definir como "violação do direito de greve" a "ocupação da empresa, total ou parcial".

Nestes aspectos, o anteprojeto aperfeiçoa e moderniza a lei n° 4.330.

## Pagamentos dos dias parados

Em relação ao pagamento dos dias parados, o anteprojeto é pior do que a lei 4.330. Nela, os dias parados serão pagos, o que na nova versão pode ser ou não, a critério da Justiça do Trabalho.

O quorum para a deflagração da greve continua grande, buscando inviabilizar, como antes, a greve nas grandes categorias de trabalhadores. Enquanto gigantescas assembleias são necessárias para a deflagração da greve, basta a diretoria do sindicato querer que pode determinar o seu fim... Todo o poder aos pelegos, parece exclamar o anteprojeto. Para não deixar margem a dúvida, a Justiça do Trabalho tem o poder de determinar o fim da paralisação.

Quanto à contratação de pessoal durante a greve para substituir os grevis-



tas, a lei 4.330 proíbe; já o anteprojeto "sutilmente" permite: "... o empregador poderá contratar o pessoal necessário a manutenção dos serviços nas atividades essenciais à preservação da empresa e de seu patrimônio". Quem define quais são as "atividades essenciais" da empresa? O empregador, lógico. Logo, pode contratar quem julgar necessário. E a nova lei também não proíbe a demissão dos grevistas (ao contrário do 4.330): e já é isso que os empresários têm feito nas últimas greves.

Em vários aspectos, a nova lei moderniza a lei 4.330 ou a piora...

## Mais setores "essenciais"

Ao contrário do que tem sido ventilado pela imprensa burguesa, os setores "essenciais" definidos pelo anteprojeto do Ministério do Trabalho são mais numerosos que os definidos pelo decreto-lei 1632/78. Às atividades previstas no decreto-lei 1632/78 foram acrescentadas as de "... produção, transporte e distribuição e combustíveis, de produtos perecíveis, inflamáveis e explosivos". Disto podemos concluir que estão proibidos de fazer uso do (limitado) direito de greve indústrias como a química, a farmacêutica, ou quem trabalha em usinas de álcool, em colheitas, em laticínios, carne, pescado etc. Não são poucos os setores que produzem algo que seja explosivo, inflamável ou pericel...

Ao invés de acatar as reivindicações do movimento sindical de abolição da proibição de greves nos chamados "setores essenciais", a "Nova República" mantém e amplia esses setores. Atendendo, mais uma vez, os reclamos das classes dominantes dificulta as lutas.

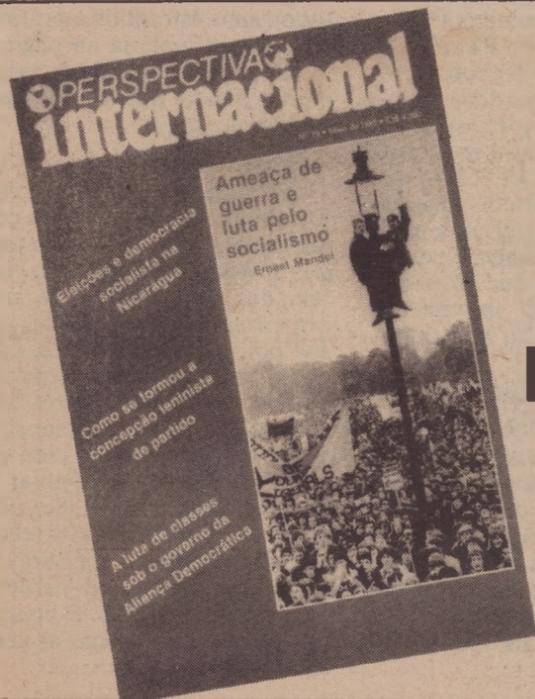
## Os trabalhadores e o direito de greve

É fundamental desmascarar quem afirma que a nova lei de greve é mais "democrática". É uma nova lei antigreve, uma tentativa de novo governo de ampliar as suas condições de controlar o movimento operário. O caráter da nova lei fica evidente pelo número de reivindicações empresariais que são atendidas e contempladas no anteprojeto.

A tentativa da "Nova República" é a de tentar dar uma legitimidade a uma nova "lei de greve", mais "democrática" tem dois objetivos: busca substituir "leis" que a luta operária transformou em letra morta e visa armar o estado de instrumentos que sejam rígidos o suficiente para dificultar a luta operária.

Aos trabalhadores cabe uma dupla tarefa. Em primeiro lugar, a de ao lado da denúncia deste projeto da "Nova República", lutar pela conquista do efetivo direito de greve. E isso fica muito bem colocado no projeto apresentado pelo deputado federal Djalma Bonn, do PT: o seu projeto reconhece o pleno direito de greve, revogando sumariamente a lei 4.330 e o decreto-lei 1632. Esse direito é um importante pré-requisito para a Constituinte Democrática, Livre e Soberana.

Em segundo lugar, o movimento operário popular deverá fazer o mesmo que fez com as leis e decretos que restringem o direito de greve: na luta, derrotá-los. Os trabalhadores não podem se curvar às permanentes tentativas que os patrões e o seu governo fazem e farão para conter e dificultar as suas lutas.



Saiu a  
Perspectiva  
Internacional  
n° 10

Leia e assine

# PT propõe a convocação de Assembléia Constituinte Livre, Soberana e Democrática

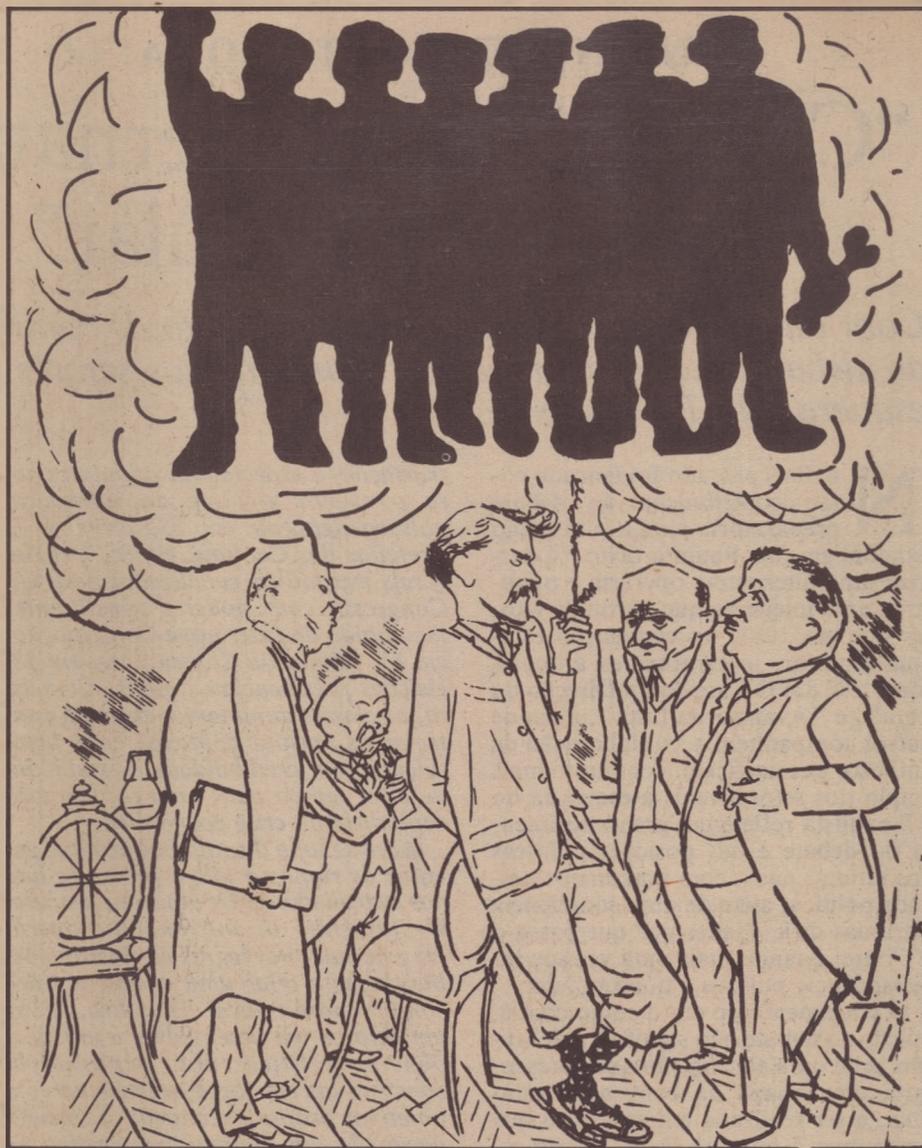
*Em proposta de emenda de onze artigos à Constituição, o partido concretiza a sua visão de ruptura institucional com o velho regime.*

Enquanto o governo Sarney encaminha para o Congresso a proposta de convocação da Constituinte para novembro de 1986, fazendo com que a eleição de seus delegados coincida com a eleição dos deputados federais e senadores, a direção nacional do PT encaminhou aos líderes da Câmara e do Senado a proposta do partido de uma Constituinte Livre, Soberana e Democrática. A proposta concretiza a resolução política decidida no Diretório Nacional do partido e constitui, sem dúvida, uma iniciativa importante.

A proposta do PT abriga vários avanços fundamentais em relação à proposta da Aliança Democrática. Em primeiro lugar, desvincula a eleição dos delegados à Constituinte da eleição do próximo Congresso, definindo claramente a soberania e a autoridade da Constituinte. Em segundo lugar, propõe como pré-condições da convoca-

ção da Constituinte a remoção do chamado "entulho autoritário": as chamadas "salvaguardas constitucionais" (propostas pela ditadura em substituição ao AI-5), as atribuições do Conselho de Segurança Nacional, a revogação da Lei de Segurança Nacional, da Lei de Imprensa e da Lei de Greve. Em terceiro lugar, antecipa a realização de eleições para a Constituinte para 1º de março de 1986. Por fim, além de conferir o direito de voto a todos os brasileiros maiores de 18 anos (isto é, não só aos analfabetos mas também aos cabos, soldados e marinheiros), garante a proporcionalidade estrita na representação dos delegados (o que não ocorrerá com a proposta do governo).

Agitada de maneira combinada com as grandes reivindicações dos trabalhadores, esta proposta será já um instrumento importante para a campanha do partido nas eleições de novembro para as prefeituras.



## Proposta de Emenda à Constituição

**Art. 1º** São convocadas para 1º de março de 1986, eleições em todo o País, para a composição de uma Assembléia Nacional Constituinte, unicameral, encarregada de elaborar e votar a nova Constituição do Brasil.

**Art. 2º** Para as eleições que cuida esta Lei, poderão alistar-se como eleitores os cidadãos brasileiros com 18 anos completos.

**Art. 3º** O número de representantes da Assembléia Nacional Constituinte será calculado proporcionalmente ao número de eleitores por Estado, mantendo-se, entretanto, como patamar mínimo, o atual número de representantes por Estado.

**Art. 4º** Os partidos políticos que obtiverem o registro até a data das convenções partidárias para escolha de candidatos, estarão habilitados a participar das eleições da Assembléia Nacional Constituinte.

**Art. 5º** A propaganda eleitoral no rádio e na televisão, far-se-á em horário gratuito, distribuído igualmente entre todos os partidos.

Parágrafo único. É proibida qualquer propaganda paga em rádio, televisão, jornais e revistas.

**Art. 6º** Serão computados para cada partido, proporcionalmente, os votos de legenda a nível nacional para a representação na Assembléia Nacional Constituinte.

Parágrafo único. Serão considerados eleitos os candidatos cuja votação proporcional mais se aproxime do coeficiente eleitoral.

**Art. 7º** A Assembléia Nacional Constituinte será instalada pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, na Capital da República, no dia 21 de abril de 1986.



§ 1º A Assembléia Nacional Constituinte elegerá, entre seus membros, a Mesa Diretora.

§ 2º A Assembléia Nacional Constituinte deliberará sobre o prazo de seu funcionamento e data da promulgação da nova Constituição.

**Art. 8º** Realizar-se-ão eleições em 15 de novembro de 1985, em todos os municípios brasileiros para a composição de Comissões Consultivas Municipais encarregadas de formular em noventa dias sugestões para a elaboração da nova Constituição.

§ 1º Essas proposições serão enviadas diretamente à Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte.

§ 2º A regulamentação das eleições de que trata este artigo será feita por Lei Complementar.

**Art. 9º** O Tribunal Superior Eleitoral, expedirá as instruções complementares à realização das eleições previstas nesta Lei.

**Art. 10º** Revogam-se os arts. 87, 88, 89, 155, 156, 157, 158 e 159 da Constituição Federal, bem como, Lei de Segurança Nacional (7.170), Lei de Greve (4.330), Lei de Imprensa (5.250), Decreto-Lei 1.632.

**Art. 11º** Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor este ato a partir da sua publicação.

## Trechos da justificativa do projeto

“Observe-se, ademais, que a reconstitucionalização do País é algo totalmente diverso do exercício, ainda que profuso, do poder constituinte derivado, mediante emendas constitucionais. Diverso, em primeiro lugar, pelo objetivo visado, o qual, no momento presente, só pode ser a instauração de nova ordem constitucional e não a rebocação do edifício político em ruínas. Diverso, em segundo lugar, pelo órgão competente, que não pode ser o mesmo Congresso que não soube realizar nenhuma das reformas mais intensamente reclamadas pela opinião pública: nem as eleições presidenciais diretas, nem a revogação da lei de segurança nacional, da lei de greve ou da estrutura sindical corporativa.

Fique bem claro, que a convocação de uma Constituinte nada tem a ver com uma simples emenda à Constituição atual. A emenda representa enxerto no corpo de normas que se deseja continuem a vigorar. A convocação da Constituinte, diversamente, é o ato inaugural de uma nova ordem política, não decorrente do sistema constitucional em vigor.”

“Importa sublinhar a repisar que a Assembléia Constituinte não é órgão legislativo ordinário. Não pode exercer, promiscuamente duas funções tão dispares, nem deve se autoconstituir em Congresso, uma vez encerrada a tarefa de elaboração constitucional. O mandato popular deve ser claramente expresso e não há de comportar aproveitamentos indevidos. O povo elege seus representantes para o fim específico e maior de dotar o País de uma nova estrutura política; não escolhe mandatários encarregados de legislar segundo princípios e normas que ainda não foram estabelecidos. Aliás, o engodo da fórmula de eleição do futuro Congresso com poderes Constituintes é patente: o órgão constituinte já nasceria investido de poderes estritos e limitados, pois uma das peças chave do mecanis-

mo constitucional, a saber o Legislativo, viria montado e organizado antes mesmo que a constituinte se instalasse. E quem terá a ousadia de afirmar que a atual organização do Congresso é ótima, à luz das grandes necessidades nacionais? E como não perceber que os membros dessa pseudo-Constituinte, a ser transformada em Congresso ordinário, teriam todas as incitações para formular normas constitucionais pro domo sua, em causa própria?”

“Resta uma última questão a embaraçar o vulgo, no caminho dessa indispensável e urgente reconstitucionalização: é a tomada de decisões legislativas consideradas necessárias para remover obstáculos às eleições para a Constituinte. O embaraço, com efeito, só atinge os leigos, porque a classe política sabe, com toda a malícia de farta experiência, que essa propalada “remoção do entulho autoritário” é uma falsa dificuldade despejada no curso da ação constituinte como forma de se evitar a perda do controle político pelos grupos dominantes.

A proposta ora apresentada afasta, com a simplicidade de breves disposições, esses obstáculos considerados quase intransponíveis. Ela une, portanto, num mesmo diploma, matéria extra-constitucional, matéria constitucional e matéria legislativa ordinária. Por isso, a forma jurídica escolhida foi a de Emenda à Constituição.”



## CONVENÇÕES DO PT/SÃO PAULO

# “Construir uma alternativa operária e popular”

Com este nome, foi lançado um documento de contribuição ao debate que já aglutina um conjunto dos setores mais à esquerda do PT paulista.

No dia 9 passado foi lançado como contribuição ao debate preparatório para a convenção estadual em São Paulo o texto “Construir uma alternativa operária e popular”, uma iniciativa que partiu de setores que em 1983, na convenção estadual anterior, integraram as articulações “PT 83: O Partido na Direção da Luta”, e “Avançar na Luta”, além de outros companheiros. A elaboração de um texto que unifica um conjunto mais amplo dos setores mais à esquerda do PT paulista reflete um amadurecimento do debate e das posições políticas nos últimos anos, com uma maior unidade política, além de uma consciência clara das dificuldades por que passa o PT hoje, quando mais uma vez sua independência política é questionada.

O lançamento do texto como contribuição ao debate não significa a definição já de uma articulação que apresentaria uma chapa na convenção estadual, a ser realizada em agosto: o que esperamos é que até lá haja uma recomposição mais ampla no interior do partido, de modo a que os setores signatários do documento se unifiquem com outros companheiros, inclusive com os membros da antiga “articulação dos 113” que defendem claramente que o PT continue a impulsionar uma alternativa política própria dos trabalhadores.

De qualquer maneira, os companheiros que assinam a contribuição “Construir uma alternativa operária e popular” são já um conjunto expressivo do partido. Entre eles, estão vários membros do Diretório Nacional e do Diretório Estadual, como o vereador Antonio Carlos Cordeiro, que recentemente recuperou o mandato que havia sido cassado pelo PMDB de Carapicuíba, o deputado federal José Genoíno, o sindicalista Francisco Carlos de Souza, membro da Direção Estadual da CUT, Ivan Valente, Flávio Andrade, Cândido Vaccarezza, Roberto Lajolo, Pedro Pereira do Nascimento. Além de vereadores de vários municípios, entre eles, Tereza Lajolo, da capital, Nobel Soares de Oliveira, de Santos, Sônia Gaioto, de Cotia, Maria Alice e Paulo Felix, de Taboão da Serra, Joaquim de Moraes, de São Caetano do Sul, Wagner Lino Alves, de São Bernardo do Campo, Arquimedes Andrade de Diadema, Iara Bernardi, de Sorocaba, Ernesto Gradela, de São José dos Campos.

Esta aglutinação mais ampla dos setores mais à esquerda do PT paulista se dá em um momento em que a antiga “articulação dos 113” foi extinta e que os companheiros que a compunham encontram muitas dificuldades para unificar o mesmo conjunto em uma nova articulação. Além da não aceitação do setor identificado com o jornal O Trabalho na articulação que se formará, também não têm participado os deputados Paulo Diniz e Irma Passoni.

Transcemos abaixo trechos do documento “Construir uma alternativa operária e popular”.

(...) “Esta transição de um regime para outro segue um cronograma em que a burguesia procura administrar a aspiração de mudança-já da população, de maneira a remeter sempre as

frustrações e expectativas populares para o evento seguinte do calendário político-eleitoral: em 85, eleições de Prefeitos das Capitais; em 86, eleições gerais legislativas canalizadas para um Congresso com poderes constituintes incumbido de fazer nova Constituição; em 87, feitura da Constituinte; em 88, eleições presidenciais diretas. Com isto, as classes dominantes esperam controlar as tensões políticas, criar instituições com credibilidade e estabilidade e ter tempo para uma recuperação capitalista da crise econômica.

Abre-se uma disputa política que envolve os rumos a longo prazo da luta dos trabalhadores. De um lado, procura-se integrar o movimento operário e popular nas regras das instituições burguesas e criar uma ordem política conservadora estável. De outro, faz-se um esforço em desenvolver a independência política dos explorados, constituir-los em força organizada com objetivos próprios e impedir a consolidação de um regime conservador no país.(...)



A perspectiva geral da atuação do PT deve ser a construção, em escala de massa e nacional, de uma alternativa operária e popular à transição conservadora em curso, apresentando um caminho diferenciado, oposicionista e à esquerda, capaz de polarizar grandes multidões de explorados e oprimidos, tendo como força principal os operários.

## Diferença em relação a 1946

No processo de luta contra a ditadura militar, o movimento operário-popular não conseguiu construir uma dinâmica de mobilização política independente e firmar uma plataforma e objetivos próprios, separados dos da oposição burguesa. Apenas uma parcela mais avançada resistiu em aceitar o caminho representado pela Aliança Democrática e o Colégio, mas sem conseguir se apresentar como uma terceira opção em relação à polarização Tancredo x Maluf, isto é, transição conservadora x ditadura, sofrendo mesmo um isolamento.

Apesar disso, diferentemente da “redemocratização” de 1945-46, agora existe um pólo de contraposição à transição burguesa com alguma expressão política, forte influência nos movimentos sindical e popular e considerável potencial de crescimento. Por isto, a burguesia empenha-se em isolar este pólo e sufocar suas potencialidades. A



nós cabe consolidá-lo, ampliá-lo, transformá-lo em força política organizada de expressão nacional.

Sendo o PT a referência política mais representativa desse campo, os rumos que tomarmos hoje influenciarão decisivamente a trajetória da luta pelos interesses gerais e históricos dos trabalhadores. A afirmação do PT nacionalmente como força de oposição à esquerda, de luta e massas, expressão da busca de uma alternativa política própria dos trabalhadores, cuja atuação favoreça o combate pela transformação social, é uma questão que terá forte influência sobre o futuro.(...)

O objetivo das classes dominantes na transição é criar um novo sistema político, jurídico e institucional dotado de estabilidade. Ao movimento operário-popular interessa, em contrapartida, traumatizar a transição com lutas e impedir a consolidação do regime burguês-conservador.

O fortalecimento dessa alternativa dos trabalhadores acumulará energia para, no futuro, vir a criar as condições de derrubada da dominação burguesa e instauração de um governo operário-popular no país, na luta pelo socialismo.(...)

## Oposição, com propostas concretas

Nessa linha, o PT deve se colocar claramente como oposição ao governo Sarney.(...)

Um partido, enquanto instância que valoriza a opção consciente das pessoas, não pode se submeter ao senso comum da população influenciada pela propaganda da burguesia. Deve, isto sim, esclarecer essa população, inclusive se contrapondo ao pensamento corrente quando necessário, como fizemos ao não ir ao Colégio Eleitoral.

Atualmente, o fato de grande parte

do povo manter uma atitude de expectativa em relação ao novo governo não pode levar-nos a deixar de fazer oposição, a pretexto de não nos isolarmos. A experiência tem mostrado que de uma maneira ou de outra os reacionários continuarão nos atacando. Também neste caso a melhor defesa é o ataque, ou seja, a denúncia política e uma postura afirmativa. Impõe-se remar contra a corrente.

## Fantasma do endurecimento

Neste sentido, a nossa plataforma deve ser vista como um conjunto de exigências pelas quais o movimento luta, e não como um programa alternativo de governo a ser levado como sugestão “construtiva” às autoridades. Precisa ficar claro desde logo que estas, pelos seus compromissos com o velho regime e os interesses exploradores, não têm condições de atender ao anseio de mudanças-já da população trabalhadora.

O PT não pode nunca favorecer indiretamente o mito do “entendimento” e da “conciliação”. O simples fato de o partido enquanto tal ir ao Planalto sem ser numa luta de massa será fatalmente manipulado fortalecendo a idéia do pacto político. Outra coisa totalmente distinta, é as entidades levarem ao Governo as exigências dos movimentos, num gesto de pressão que nada tenha a ver com discussão de pacto.

Tampouco procede a alegação de que se deve dar estabilidade ao governo Sarney para evitar um golpe militar, retrocesso, etc. Na atual conjuntura inexistem condições políticas para um golpe. Devemos ser sempre os adversários maiores da ultra-direita, mas é preciso deixar claro que o fantasma do endurecimento constitui uma arma da Aliança democrática contra a oposição.” (...)



## Eleições municipais em Belo Horizonte

## Convenção decide entre dois projetos para o PT

Na convenção que se realiza dia 16 em Belo Horizonte será tomada uma decisão que influirá em muito no futuro do PT a nível nacional.

DA SUCURSAL

A escolha do candidato petista às eleições municipais de Belo Horizonte está colocando em disputa mais do que dois candidatos e duas propostas eleitorais. Os dois candidatos — de um lado, o deputado estadual João Batista dos Mares Guia, e, de outro, e presidente do Sindicato dos Economistas, Virgílio Guimarães — representam projetos opostos para o PT.

## Oposição ou não à Aliança Democrática

O primeiro e mais evidente corte entre os dois, é a relação com a transição burguesa, com o governo da Aliança Democrática. Embora o PT, em sua resolução do Diretório Nacional, se declare oposição à Aliança Democrática, em Minas a questão está em disputa. O deputado Mares Guia propõe em palavras e atos — ver matéria abaixo — que o PT se enquadre dentro dos limites políticos estabelecidos pela transição; isto é, que o PT se alinhe com os setores “mais democráticos” da Aliança, que fortaleça, por exemplo, a ação do Ministro Pazzianotto e sua proposta de pacto social.

De outro lado, se expressa — através da candidatura Virgílio — a posição de que o PT não pode subordinar sua política à escolha das opções “melhores” oferecidas pela burguesia liberal. Por essa posição — que traduz as deliberações do partido a nível nacional — o PT deve desenvolver uma prática oposicionista, visando organizar independentemente os trabalhadores no sentido da mobilização e da conquista de uma efetiva democracia no país.

## Virgílio Guimarães

## Uma candidatura socialista

A candidatura de Virgílio Guimarães foi lançada expressando uma oposição, do ponto de vista dos trabalhadores, à transição conservadora e servindo de instrumento de defesa dos interesses imediatos do movimento operário e popular. Ela é apoiada pela maioria dos membros dos Diretórios Zonais de Belo Horizonte e pelas mais expressivas lideranças sindicais e populares da região metropolitana, entre elas a ex-candidata a governadora pelo PT, Sandra Starling, as lideranças (filiadas ao PT) do Sindicato dos Metalúrgicos do BH e Contagem, do Sindicato dos Marceneiros do BH, entre outros.

Reproduzimos aqui, trechos de uma entrevista de Virgílio: “O PT não pode amesquinhar a sua campanha. A campanha do PT junto à população de Belo Horizonte tem de ser politizadora, tem de funcionar como uma alavanca de transformação a nível nacional. Quanto aos métodos de trabalho, somos radicalmente contra a utilização de práticas de aliciamento político, através de doações, de promessas, de compromissos eleitorais, de utilização do poder econômico, práticas que não deveriam, nem poderiam vigorar no interior de um Partido de Trabalhadores. (...)”



André Xavier (diretor da Federação das Associações de Moradores de BH), Carlos Calazans (presidente do Sindicato dos Marceneiros de BH), Virgílio Guimarães, Paulo César Funghi (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem) e Sandra Starling: o apoio do movimento operário popular

## Eleitoralismo burguês ou um partido de lutas?

O segundo corte entre as duas propostas diz respeito aos métodos de construção do PT. Embora o partido se defina pela organização de núcleos, pela subordinação dos parlamentares à democracia partidária, este também é um ponto em disputa em Minas.

O deputado defende a organização das bases partidárias segundo o modelo eleitoralista e parlamentar isto é, a filiação em massa através de cabos eleitorais e para dar suporte ao partido nos momentos eleitorais. Não é à toa que o seu principal método de “crescimento” do PT seja a organização de torneios de futebol na periferia,

a distribuição de troféus “Deputado Mares Guia”.

A contrapartida a esta manipulação de massas é o engajamento do PT nas lutas do movimento operário e popular, a realização de campanhas de filiação e organização de núcleos a partir da presença do partido e da difusão do seu programa e propostas. As dificuldades para colocar em prática esta concepção é reconhecida pela candidatura Virgílio, mas são dificuldades da própria organização dos trabalhadores e precisam justamente da ação do PT para que sejam resolvidas. Não será liquidando a proposta do PT e nem voltando as costas para a realidade do movimento operário e popular que estes problemas poderão ser solucionados.



## Contra o voto útil

“Outros políticos de outros partidos que em campanha anteriores foram bem votados já bateram as portas do PT e deveríamos ter aceitado se o critério fosse este (o do voto útil, o do poder econômico). As resoluções do PT sempre colocaram que a questão não é quem tem mais dinheiro... Não podemos nos direcionar por um tipo de postura que tanto combatemos em 82, a do voto útil. Mas há também um segundo erro, um erro de avaliação. Este tipo de candidatura, ao contrário, tem menos chances eleitorais. Uma candidatura capaz de arrebatá-lo que o PT tem de mais importante que é seu enraizamento no movimento sindical e popular, uma participação militante, um programa classista, de combate ao capitalismo, a essa transição burguesa chamada “democrática”, estes sim são elementos capazes de entusiasmar a base do PT e do próprio movimento popular e de arrebatá-lo o maior número de votos.”

## Deputado Mares Guia

## Este homem pode ser o candidato do PT?

## 1. Depois do Toninho, um novo (Joãozinho) “Malvadeza”?

Utilizando métodos eleitorais que fazem lembrar o político do PDS — BA, Toninho Malvadeza (agora transformado em Toninho Ternura pela “Nova República”), o deputado João Batista Mares Guia dedica-se a recriar dentro do PT o personalismo e o clientelismo.

A fórmula “mágica” para realizar mais de 1000 filiações na periferia de Belo Horizonte é a seguinte: promover torneios de futebol de várzea, com farta distribuição de jogos de camisa e bolas, com os troféus “deputado Mares Guia”, impressão das tabelinhas, fotos junto aos times... E, junto a esta campanha de agitação política, vem a filiação. No PT? ora, como o deputado não esconde para ele o PT não ganha votos. A filiação é no João mesmo. Por acaso ou conveniência, hoje no PT.

## 2. social democrata ou coisa pior?

Os esclarecimentos do deputado João Batista dos Mares Guia, de que não se propõe passar para o Partido Comunista e dirigí-lo em Minas porque não é comunista, melhora muito a sua posição em Belo Horizonte na disputa pela Prefeitura pela sigla do PT, face aos rompimentos iminentes a

## Anti-comunismo raivoso ou um projeto socialista

Por fim, uma terceira e conclusiva distinção ocorre no PT de Minas. Para o deputado, a definição operária e socialista do PT não só incomoda como atrapalha. A condenação da revolução cubana como destruidora da “democracia”, a idéia de que o socialismo operário é incompatível com a liberdade, são suas mais recentes contribuições para que o PT se livre do seu perfil histórico e assumira uma outra cara ideológica.

De outro lado, esta defesa do sentido classista do PT. Mais do que isso, que o partido deve ser consequente com seu projeto socialista, de conquista de poder pelos trabalhadores. Para a candidatura Virgílio, é a existência deste objetivo que torna o PT necessário e confiável às amplas massas exploradas.

## Decisões de peso

São estas três grandes questões que se disputam hoje no PT de Minas. Elas conformam dois projetos do PT. Para o deputado, o que está sendo disputado é se o PT será um “PT ideológico” ou um “PT de massas”. Na verdade, os dois projetos são ideológicos e se propõem a influenciar as massas. A diferença é que ideologia cada um representa, que política defendem e que tipo de organização partidária praticam.

Do mesmo modo, questões desta magnitude não se decidem só num estado e nem só numa convenção de definição de candidaturas. Mas são decisões — pela importância do PT mineiro na construção nacional do partido — que vão pesar na definição do futuro do PT.

se verificarem nas diversas legendas chamadas de primeira linha. O deputado alega que a doutrina marxista-leninista veda a democracia, embora em todos os países democráticos ela se valha da liberdade para tomar o poder. E, depois extirpá-la, como aconteceu em Cuba, onde Fidel Castro ganhou a revolução utilizando-se dos princípios democráticos para depois metralhar a democracia no “paredon”.

Jornal Estado de Minas, 16 de maio de 1985

## 3. No PT ou na Aliança Democrática?

“A proposta do “Pacto Social” passa a ganhar mais força em Minas, após a homenagem prestada pela Assembleia Legislativa ao ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. A iniciativa da homenagem partiu do único deputado do PT, João Mares Guia, o que vem demonstrar que, ao contrário de outros estados, onde o PT e a CUT estimulam greves e conflitos sociais, em Minas o partido se afasta dos radicalismos, dando sua contribuição para que o país supere as dificuldades econômicas do movimento, através do caminho do entendimento e da conciliação nacional.”

Jornal Estado de Minas, 2 de junho de 1985.



Raul Pont

## “Não à coligação com o PDT”

*Em entrevista à sucursal gaúcha do EM TEMPO, o secretário-geral do PT/RS e um dos nomes indicados à convenção partidária para concorrer a prefeitura de Porto Alegre, defende como alternativa um bloco de forças classistas para as eleições de novembro.*

— O PT prepara-se para as eleições de novembro. Como está a questão no RGS, principalmente em Porto Alegre?

Raul — Há um problema preliminar. Isto é, a ausência de uma tática eleitoral para novembro definida nacionalmente. Vejo este problema como algo grave pois o partido foi incapaz — por responsabilidade principal da Executiva nacional — de definir uma tática ofensiva, clara, uniforme para todo o país. Nas duas últimas reuniões do Diretório Nacional esse problema foi levantado e, na última reunião, era ponto prioritário da pauta. Apesar disso, por falta de compreensão da importância desse processo eleitoral e de não ter preparado uma resolução ao Diretório Nacional, a Executiva Nacional contribuiu para que não houvesse nenhuma deliberação. O fim da reunião foi antecipado, apesar de estar marcada com muita antecedência e a ausência de um grande número de membros da direção nacional, acabaram criando o fato consumado: não houve resolução e cada regional ou os municípios serão o fórum decisório para definir as orientações para o Partido.

O PT corre o risco de ampliar sua já acentuada descentralização política, contribuindo para que o partido, ao invés de uma tática ofensiva, de busca de alianças que interessem ao seu projeto estratégico corra o risco de se perder no imediatismo e no reboquismo a partidos populistas, em função de possíveis ganhos eleitorais.

O partido perde um momento favorável para fazer crescer e aparecer como alternativa política um bloco de forças classistas, chamando uma frente única dos explorados, dos trabalhadores.

No Rio Grande do Sul, o PT ficou na expectativa de que sairia uma orientação nacional e agora vê-se frente a um fato consumado: a exigüidade dos prazos e a marcação de encontros municipais já feita em alguns municípios, como Canoas, no dia 29 de junho e Porto Alegre, no dia 30 de junho. Os

demais municípios, ex-áreas de Segurança Nacional também já estão marcando encontros para tirar candidatos ou aprovar uma política de coligação no fim do mês ou no início de julho.

— A Executiva Regional não definiu também nenhuma orientação? Qual o encaminhamento que está sendo proposto no Estado?

Raul — Executiva Regional, como disse, ficou na expectativa de uma decisão nacional que não saiu. E, agora, acabou optando em transferir aos diretórios municipais o papel de decisão da política a ser adotada em cada município.

Antes disso, porém, a Executiva elaborou conjuntamente com o Diretório Municipal da capital e comissões de trabalho um pré-programa para Porto Alegre, no qual em sua introdução e no item sobre **Administração Popular**, estabelece-se uma orientação básica para nortear o lançamento de uma candidatura do PT ou as condições mínimas para uma política de coligação eleitoral com outras forças. (Ver EM TEMPO nº 200, onde há excertos desse pré-programa). O objetivo era dirigir a proposta aos partidos antes ilegais, a setores progressistas e socialistas no PMDB e do PDT, buscando viabilizar um lançamento de uma candidatura popular, mesmo que não fosse petista, mas que unificasse as forças do movimento operário-popular para se contrapor aos partidos burgueses e/ou populistas. Dirigiu-se também a proposta aos movimentos sindical e comunitário.

Até agora, a proposta não surtiu efeitos concretos pois os partidos antes ilegais constinuem em sua política reboquista aos interesses burgueses ou não pretendem abrir mão dos empregos e vantagens alcançadas sob o frentão peemedebista.

Em Canoas, cidade operária vizinha de Porto Alegre, este política esteve prestes a se concretizar pois o líder sindical metalúrgico Paulo Renato Paim, secretário nacional da CUT e sem vínculo partidário, despontou inicialmente como uma real alternativa de unir

uma candidatura do movimento popular e sindical. Pressionado por seus compromissos sindicais acabou desistindo de concorrer, apesar da simpatia demonstrada pela política proposta.

Em Porto Alegre, além da falta de perspectiva histórica da esquerda tradicional ligada ao PC e ao PC do B em não aceitarem uma política de frente única e preferirem o compromisso com a Aliança Democrática, há dificuldades em encontrar um nome que unifique uma proposta desse tipo, apesar das possibilidades ainda não estarem totalmente descartadas. Setores ligados a Igreja, ao movimento ecológico, ao movimento comunitário e pelo que sabemos — a corrente prestista do PC tem simpatia por uma candidatura nessas condições.

— E a posição do PT em Porto Alegre qual é? Levará essa política até o fim ou existem outras propostas?

Raul — Na capital, o Encontro Municipal está marcado para o dia 30 de junho e ali se decidirá a questão da política a ser adotada e candidaturas. Algumas zonais já indicaram nomes para candidaturas petistas onde aparecem Olivio Dutra e o meu nome como os mais citados.

Há, entretanto, posições no PT gaúcho que vão noutra direção. Dentro da Executiva Regional e no Diretório, existem vários companheiros propondo coligação com o PDT. O próprio presidente regional, Olivio Dutra, e membros da direção como Clóvis Ilgenfritz, César Alvarez, Firmo Trindade e outros vêm defendendo um coligação com o PDT cujo candidato já está definido, o ex-deputado federal e ex-candidato ao governo do Estado, Alceu Collares. Esses companheiros acreditam que há possibilidades de acordo programático com o PDT e que o partido teria chances de um crescimento mais rápido, chegando a administração municipal e aproveitando o espaço que a aliança com o PDT abriria na campanha eleitoral. O PT também evitaria o risco de ficar sem espaço próprio numa campanha que em Porto Alegre será polarizada pelo PMDB e pelo PDT. O PMDB tem prévias marcadas para o dia 23 de junho e a disputa está emparelhada entre Fogaça, deputado federal, e Carrion Jr., deputado estadual.

Nós discordamos dessa tese, pois se é verdade que a candidatura Collares tem respaldo popular em Porto Alegre, o PDT não é Collares, mas muito mais. Recentemente, esse partido viu-se en-

volvido num acordo com o PDS, sem nenhum critério político e com o único objetivo de aparelhar, de controlar, a máquina administrativa e os cargos da Assembléia Legislativa do estado, eliminando da Mesa a participação do PMDB. Agora, em Canoas, o mesmo partido está as voltas com um escandaloso processo do Tribunal de Contas obrigando os vereadores a devolverem ao município mais de Cr\$ 500 milhões de cruzeiros que a Câmara, dirigida na época pelo vereador do PDT Ney Calixto, votou em benefício próprio permitindo aos vereadores engrossarem seus salários com diárias injustificadas. No Rio Grande do Sul, o PDT é o partido dirigido por grandes fazendeiros, granjeiros de soja, empresários. Isso para não falar, no resto do país, onde despontam figuras como o sr. Adhemar de Barros Filho.

Se a construção do PT tem como objetivo estratégico a organização independente dos trabalhadores e a luta pelo socialismo, achamos que é difícil aceitar esses argumentos de que a coligação com o PDT favoreceria o partido. Numa campanha personalizada como será a de novembro, não entendo como utilizaremos espaços para difundir nosso programa e crescermos submetidos a uma candidatura como a de Alceu Collares. É público e notório também que o PDT não abre mão da vice-prefeitura pois Collares é seu grande trunfo para as eleições ao governo do Estado em 1986. O que essa política levará será a um arrelamento do PT a um partido populista, em troca de meia-dúzia de cargos numa administração que não controlaremos.

Raul — Quais as perspectivas no encontro plenário do PT em Porto Alegre?

— Acho que as bases petistas na capital não endossariam uma coligação com o PDT, mas respeitamos os companheiros que defendem essa posição e lutarão por ela na plenária do partido. Entendo que o fundamental para o PT é sair desse encontro coeso e unido para que o partido se fortaleça no Rio Grande do Sul. Como um dos nomes indicados ao encontro, defendo que para um bom resultado eleitoral para o partido, devamos sair unidos em torno da decisão majoritária. A unidade do Partido nessa campanha é decisiva para que ele supere suas debilidades materiais e a tradicional falta de recursos financeiros, e se apresente como uma real alternativa de organização para os trabalhadores.

## Aos nossos leitores e assinantes

O jornal EM TEMPO atravessou, por um longo período, sua maior crise financeira. Por um lado, foram os aumentos abusivos do preço do papel e custos de impressão (sempre superiores à inflação) e por outro os preços de venda e das assinaturas que não conseguem acompanhar esta elevação (se o fizéssemos, o jornal ficaria excessivamente caro).

Com um grande esforço coletivo conseguimos superar uma primeira etapa, vencendo o pior da crise. Entretanto, ainda temos vários obstáculos a superar.

Neste sentido, esclarecemos aos nossos leitores:

1. o EM TEMPO será publicado com periodicidade mensal (de forma provisória) até a normalização da situação administrativo-financeira;
2. as assinaturas já feitas manterão sua validade na quantidade de exemplares a que o assinante tenha direito;
3. a partir deste nº só existirá uma forma de assinatura, com validade de 12 exemplares (anual na atual periodicidade) e ao preço de Cr\$ 20.000.

Desta forma, e contando com o importante apoio de nossos leitores e assinantes, pretendemos normalizar o mais breve possível esta situação, voltando a editar o EM TEMPO quinzenalmente.

São Paulo, junho de 1985

a Secretaria do Conselho Editorial

À Editora Aparte Ltda.

Estou enviando cheque nominal no valor de Cr\$ ..... referente a:

- Assinatura do jornal EM TEMPO (12 números) - Cr\$ 20.000
- Assinatura da revista Perspectiva Internacional (6 números) - Cr\$ 20.000

Editora Aparte Ltda. - Tel. 852-8880 - Rua Francisco Leitão, 57 - CEP 05414 - Pinheiros - São Paulo

# A unidade e a autonomia da UNE em questão

*Um projeto de lei enviado ao Congresso e a aproximação da UNE em relação ao ministério da Educação ameaçam a autonomia da entidade máxima dos estudantes.*

A atual diretoria da UNE vem realizando uma política de aproximação ostensiva com o Ministério da Educação e Cultura. Uma atitude previsível após o último congresso da UNE, quando foi aprovado, por maioria, o apoio da entidade à candidatura da Aliança Democrática ao Colégio Eleitoral.

Além desta política de aproximação na prática da UNE com o governo Sarney, foi enviado recentemente ao Congresso Nacional um projeto de lei de autoria do deputado peemedebista de Goiás, Aldo Arantes, afinado com as posições da atual diretoria da UNE, abordando a definição dos órgãos de representação estudantil (ver ao lado).

O primeiro grande problema desta iniciativa é o de transferir para o Congresso Nacional, fixando em um texto de lei, a definição dos critérios de como os estudantes devem se organizar. Ela vai exatamente na direção contrária da luta do movimento operário brasileiro, de suas correntes mais avançadas e classistas, no sentido de conquistar a autonomia e a liberdade sindical, expurgando a intervenção do Estado na definição e no controle das formas de organização dos trabalhadores. Ao invés de simplesmente fixar a completa liberdade de organização do movimento estudantil na lei, o texto do projeto acaba ferindo assim a autonomia da UNE.

## Como garantir a unidade do movimento

Além disso, o projeto pretende garantir através de um texto legal

a unicidade da representação estudantil. Não é o caso de discutir aqui quão nefasto para o movimento estudantil seria a divisão de suas entidades representativas.

A história da UNE, a sua tradição de lutas acabam sendo, mesmo com todos os problemas existentes hoje, uma referência importante contra as propostas de divisão da entidade. Não é o perigo da divisão que hoje ameaça a UNE, mas a sua burocratização e o seu atrelamento ao governo da Aliança Democrática.

Mas mesmo se existisse uma ameaça iminente e forte à unidade da representação dos estudantes universitários brasileiros, não seria com um projeto de lei enviado ao Congresso Nacional que esta unidade poderia ser defendida.

## Representação proporcional

De novo, a referência no debate que se trava no movimento sindical é ilustrativa. Há setores, como a Conclat, que procuram recusar uma política ousada de autonomização do movimento sindical em relação ao estado, afirmando que este processo poderia levar a quebra da unicidade sindical, que hoje é regulada pelo CLT.

O equívoco político é o mesmo. A melhor forma, aliás, a única forma de se defender de maneira consequente a unidade do movimento estudantil, assim como em todas as entidades do movimento operário-popular, é garantir a completa democracia de suas instâncias de deliberações e participação. Se existe democra-

cia na entidade, há espaço para a participação de todas as correntes políticas, a unidade na ação se fortalece, a entidade ganha em representatividade, fechando o espaço a correntes divisionistas.

Neste sentido, é significativo o exemplo das recentes eleições para a Diretoria do DCE da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A proposta defendida pela chapa "Alerta: Jacaré parado vira bolsa" de haver uma participação proporcional das diferentes chapas na diretoria de acordo com a sua representatividade foi amplamente aceita pelos estudantes, mesmo não sendo defendida pelas outras cinco chapas.

A defesa da representação proporcional nas diretorias eleitas garante o compromisso de todas as correntes políticas participarem do trabalho cotidiano de sustentação da entidade. E evita a situação tradicional da diretoria da entidade acaba se confundindo na prática com a corrente que está presente nela.

É revelador o fato de que as mesmas correntes que apoiam a iniciativa do deputado Aldo Arantes de fixar a unidade da UNE em lei se voltam contra a proposta de representação proporcional das correntes nas diretorias eleitas. Estas correntes são incapazes de conviver com a democracia do movimento.

Por tudo isso, é fundamental que o movimento estudantil discuta e se posicione amplamente contra o projeto de lei apresentado pelo deputado Aldo Arantes.



## Projeto de lei N° 5.192, de 1985 (Do Sr. Aldo Arantes).

Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A União Nacional dos Estudantes — UNE —, criada em 1937, é a única e legítima entidade representativa do conjunto dos estudantes de nível superior existentes no país.

Art. 2º As Uniões Estaduais dos Estudantes — UEEs — são as entidades representativas dos estudantes de cada estado, do Distrito Federal ou de Território onde haja mais de uma instituição de ensino superior.

Art. 3º Diretórios Centrais dos Estudantes — DCEs — são as entidades representativas do conjunto dos estudantes de cada instituição de ensino superior.

Art. 4º É assegurado aos estudantes de cada curso de nível superior o direito à organização de Centros Acadêmicos — CAs — ou Diretórios Acadêmicos — DAs — como suas entidades representativas.

Art. 5º A organização, o funcionamento e as atividades das entidades a que se refere esta lei serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em assembléia geral no caso de CAs ou DAs e através de congressos nas demais entidades.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as contidas na lei N° 4.464, de 9 de novembro de 1964, e na lei N° 6.680 de 16 de agosto de 1979.

## Confirmado Encontro dos Estudantes Petistas

A Comissão Executiva Nacional do PT confirmou a data e os critérios para a realização do 1º Encontro Nacional dos Estudantes do PT.

Embora comprometido pela pouca preparação na maioria dos Estados e por critérios que ferem a democracia interna do Partido (delegados natos, exigência de 30% de votos para a composição proporcional das chapas de delegados), possibilitando que o encontro não expresse a real correlação de forças existentes no interior do partido, o 1º ENEPT será um marco decisivo na construção do PT no movimento estudantil, colocando em discussão uma linha do partido para a atual crise da universidade e apontando os passos ne-

cessários para a construção orgânica do partido no interior do movimento.

Jogar toda a força dos petistas na discussão e preparação do ENEPT, fortalecendo os núcleos já existentes e criando novos núcleos neste processo, é de fundamental importância para reverter o quadro de dispersão e divisão dos militantes do PT, quadro que tem causado várias derrotas ao Partido, notadamente em eleições para as entidades gerais e em congressos da UNE. Certamente este 1º ENEPT não resolverá todos os problemas da construção do PT no ME, mas iniciará uma discussão que pode conduzir à unidade de ação dos militantes do PT nos fóruns do movimento, fator fundamental para a superação da atual crise do ME, e para a construção de uma alternativa classista na universidade.

## Eleições do DCE-UFRJ

## Vitória da chapa "Alerta"

Em eleições realizadas nos dias 30 e 31 passados, onde concorreram seis chapas foi vitoriosa a chapa "Alerta: Jacaré parado vira bolsa", composta por estudantes petistas ligados ao *Em Tempo*, petistas não ligados a nenhuma corrente interna do partido e por vários estudantes não vinculados a nenhum partido. Em segundo lugar, ficou a chapa "Chega", que aglutinava as forças do PDT (Juventude Socialista e Juventude Avançada), seguida de "O espírito da Coisa", composta pelos autonomistas. As eleições vêm confirmar dois elementos novos e importantes nos processos eleitorais: a tentativa de afirmação de chapas baseadas no PDT e a divisão dos petistas em várias chapas, fruto das debilidades da construção orgânica do partido no Movimento Estudantil.

Esta eleição refletiu também a polarização central que vem ocorrendo acerca da crise do movimento estudantil. Por um lado, a chapa "Alerta" representando a tentativa de romper com a burocratização e aparelhamento das entidades através de uma saída classista e democrática para o movimento, propondo a discussão da crise por que passa a universidade brasileira e a composição de diretorias proporcionais na entidade, enquanto a "Chega" propunha uma saída gremialista, despolitizadora do movimento.

A vitória da "Alerta", pelo peso da UFRJ dentre as universidades brasileiras, significa um reforço significativo a esta saída classista e democrática para o Movimento Estudantil. (Lais Sales, coordenadora geral do DCE — UFRJ).

Congresso da Contag

# Pequenos avanços, num clima de pacto

*A discussão do "Plano de Reforma Agrária da Nova República" foi a tônica do 4.º Congresso da Contag, que no geral revelou um apoio ao pacto social.*

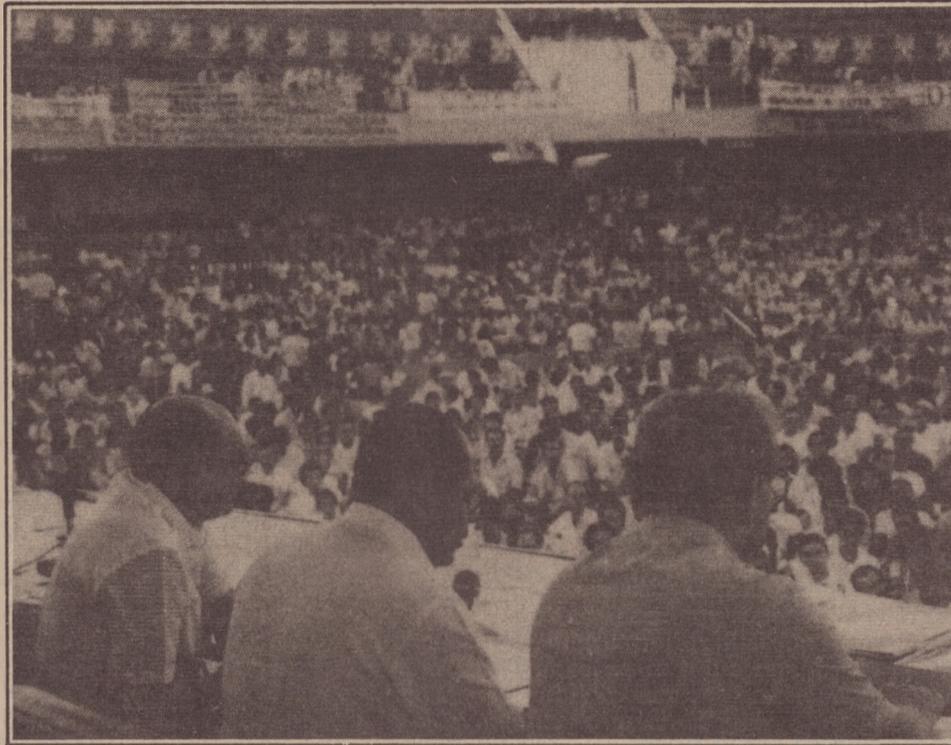
Tereza Barros

**F**oi um congresso montado para selar um pacto social do movimento sindical dos trabalhadores rurais com a Nova República. Se esse pacto vai ser ou não reconhecido e acatado pelo movimento como um todo, é outra questão." Essa é a avaliação dos delegados — cerca de 800 — ligados à CUT, que participaram do 4.º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília entre os dias 25 e 30 de maio. Nos dois primeiros dias os participantes trabalharam distribuídos em seis comissões, discutindo os temas: sindicalismo, problemas nacionais, questões agrárias, política agrícola, questões trabalhistas e previdência social. Em seguida foram repassadas em plenária as resoluções trazidas de cada comissão.

O Congresso da Contag mostrou que ainda é relativamente pequeno o número de sindicalistas combativos na direção dos 2.600 sindicatos aos quais estão filiados 8 dos 12 milhões de trabalhadores rurais do país. Mas, mesmo constituindo apenas 20% dos quase 4 mil delegados presentes e enfrentando todo um esquema montado para aprovar resoluções pré-estabelecidas — os sindicalistas ligados à CUT conseguiram algumas vitórias. A maior delas foi o próprio fato de tentar com insistência colocar em debate suas propostas perante os 4 mil participantes, contribuindo para conscientizar muitos deles ou alertar para a importância da autonomia e combatividade do movimento sindical dos trabalhadores.

É verdade que o sentido geral das resoluções aprovadas revela um certo apoio ao pacto social, mas — se isso é consolo — elas poderiam ter sido piores, não fosse a pressão e poder de convencimento desses 20% de ativas lideranças sindicais. Por exemplo, conseguiu-se introduzir críticas ao Estatuto da Terra, quando a intenção da direção era aprová-los em restrições. No tocante à Lei de Greve, tirou-se a posição de condená-la; porém não se conseguiu impedir a sugestão conciliadora de os trabalhadores participarem junto com o governo na elaboração de uma nova lei.

A sugestão de um plebiscito nacional sobre o pagamento da dívida externa foi impedida de ser colocada em votação pela mesa coordenadora dos trabalhos, no 4.º Congresso da Contag. Neste aspecto



houve apenas um avanço parcial: a decisão de apoio à suspensão do pagamento e à criação de uma comissão com a participação de trabalhadores para avaliar o que deve e não deve ser pago. Uma solução pouco democrática foi a vencedora quanto as eleições para as direções das federações e a confederação. À proposta de eleições diretas contrapunha-se a de eleição em congresso — naquele ou em outro a ser convocado em dezembro próximo para este fim. Venceu a última proposta e com uma representação que exclui a participação do delegado de base eleito em assembléia: só votará um diretor por sindicato e federação.

## A luta pela autonomia fica de lado

O maior retrocesso em relação às decisões dos congressos anteriores consistiu na não ratificação da Convenção 87, da OIT, que exige a liberdade e autonomia sindical. O receio do surgimento de uma sindicalização em separado dos trabalhadores assalariados, ou dos sem-terra em relação aos "com terra" fez com que a direção do congresso desprezasse a ne-

cessidade de lutar pelo menos pela autonomia em relação ao Estado. Entre as resoluções, tende a ser também pouco eficaz a de "trabalhar pela realização de um congresso nacional unitário", envolvendo CUT/Conclat e demais sindicatos, federações e confederações não filiadas a nenhuma destas entidades, com o objetivo de criar uma central sindical "única". Pouco eficaz porque não se decidiu por "unificar primeiro as lutas", sem o que qualquer unidade é falsa.

No tocante à participação dos trabalhos, principalmente entre os delegados de base ela se deu em um grau bastante elevado. Só na discussão do Estatuto da Terra inscreveram-se para falar mais de 40 delegados. No debate sobre as eleições sindicais intervieram mais de 100 pessoas. Por outro lado, infelizmente, foi excessiva a participação dos membros do governo. Dezesseis horas — 30% do tempo — foram gastas em falas de ministros e autoridades do alto escalão. A tentativa articulada de se criar um clima de apoio ao atual governo ficou nítida. Sarney — quem te viu, quem te vê — fez um discurso alardeando sua "opção preferencial pelos pobres" conseguindo arrebatrar muitas palmas.

O ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário — Nelson Ribeiro, paraense e ligado à Igreja — foi o mais aplaudido. Na verdade, o teor de seu discurso conseguiu ser mais avançado do que o do próprio presidente da Contag, José Francisco da Silva. Nelson Ribeiro acentuou a necessidade de participação e organização dos trabalhadores rurais e a disposição de atender suas sugestões quanto ao Plano Nacional de Reforma Agrária, apresentado pelo governo durante o 4.º Congresso. Insistiu em deixar claro que a Reforma Agrária sem desapropriação não é Reforma Agrária e chegou a provocar uma apoteose na platéia quando, ao receber de uma lavradora do sul da Bahia uma "panela furada pelas balas da mão armada do latifúndio", ficou de pé e, brandindo a panela com a mão esquerda, conclamou os tra-

balhadores a lutarem contra a violência e as injustiças.

## A Reforma Agrária rouba a cena

A maior parte das discussões foi tomada pelo grande tema nacional: a Reforma Agrária. Decidiu-se pelo apoio em princípio à "Proposta do Plano Nacional da Reforma Agrária" apresentado pelo governo, tendo em vista a necessidade de evitar que a pressão dos latifundiários anule a decisão política de se realizar uma reforma agrária. Mas acentuou-se que o movimento sindical dos trabalhadores rurais deve conservar sua independência em relação aos órgãos estatais como o MIRAD e o INCRA. As próprias resoluções do 4.º Congresso no tocante à Reforma Agrária vão bem além das propostas do plano do governo. Elas consideram que para conquistar realmente a reforma agrária é necessário outro governo, um "governo popular e democrático". E que ela deve atingir todas as propriedades e não apenas sua parcela ociosa. Propõem também o confisco sumário das terras griladas ou com títulos duvidosos.

O prazo para assentamento dos 7,1 milhões de trabalhadores nos 200 milhões de hectares de terras ociosas existentes nos latifúndios é de 15 anos no plano do governo. O 4.º Congresso propôs que sejam reduzidos para cinco anos. Foram exigidas várias medidas no sentido de limitar a expansão e até forçar a diminuição do poder e da extensão das grandes propriedades, inclusive com a desapropriação das empresas rurais, especialmente os canaviais, o que é vedado pelo Estatuto da Terra.

Quanto à indenização, a decisão do Congresso foi a de exigir a mudança da Constituição — que obriga o pagamento das indenizações pelo seu valor de mercado — ratificando o Estatuto da Terra, que estabelece o pagamento pelo valor declarado ao INCRA. E que estas terras sejam distribuídas gratuitamente aos trabalhadores. Insistiu-se em que, nos assentamentos sejam privilegiadas as formas de produção coletivas. O 4.º Congresso da Contag não chegou a definir o incentivo e apoio à ocupação de terras, porém considerou-as legítimas e sugeriu que se formem imediatamente comissões municipais para definir as áreas prioritárias e organizar os trabalhadores para exigir a rápida execução da reforma agrária.

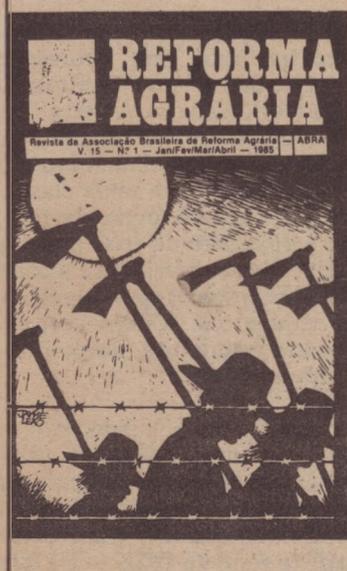
## As ausências sentidas

Foi quase insignificante a participação das mulheres no 4.º Congresso da Contag: menos de 5%, apesar de representarem quase metade dos trabalhadores rurais. A presença de representantes dos trabalhadores assalariados também foi bastante inferior ao seu peso real. Uma ausência bastante notada foi a do presidente do PT. Lula estava absorvido pelas greves dos metalúrgicos. Mas sua presença no 4.º Congresso teria contribuído para reforçar as posições mais combativas.

O sindicalismo rural ainda é predominantemente formado pelos pequenos proprietários. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra não pode participar do congresso enquanto tal, pois a direção da Contag não o reconhece, acusando-o de paralelismo sindical. Os sem-terra estavam presentes como delegados eleitos pelos sindicatos onde eles têm força, principalmente nos Estados do Sul. E votaram em bloco nas posições também defendidas pelos sindicalistas ligados à CUT.

## Para acompanhar a questão agrária

"Reforma Agrária", revista da ABRA — Associação Brasileira de Reforma Agrária, está completando 14 anos. Seu último número veio a público com cara nova e um bom material. A revista traz alguns documentos como a proposta de Programa Agrário do PT para o Estado de São Paulo, as Resoluções do 1.º Encontro do PMDB/SP sobre Reforma Agrária, entrevistas, reportagens, informações sobre direito agrário, ensaios, debates e humor. Publicação trimestral, a revista da ABRA é um bom referencial para a discussão da questão agrária no Brasil. A participação é aberta a colaboradores, principalmente em Ensaios e Debates. Reforma Agrária pode ser encontrada em São Paulo em livrarias ou Diretórios do PT. O endereço para assinaturas (Cr\$ 36.000) é ABRA — Av. Francisco Glicério 1.329, cj. 21 Campinas-SP.



## Reforma Agrária da "Nova República"

*Só a parte que te cabe... neste latifúndio*

*O governo Sarney ensaia sua reforma agrária para atender a igreja e conter os conflitos no campo. O discurso é retumbante mas as propostas são tímidas. E mesmo assim, de difícil execução.*

Tereza Barros

**A** chamada "Proposta para Elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República - PNRA", apresentada no dia 28 de maio e publicada na íntegra pelos grandes jornais, desencadeou um debate que vem polarizando o país. Elaborado durante dois meses, com a participação de técnicos recrutados nas universidades, centros de pesquisa e ouvindo representantes de movimentos de trabalhadores rurais como a Contag e os Sem Terra, o plano desperta duas indagações: se seu conteúdo corresponde ao que se entende por reforma agrária, e se ele tem realmente condições de sair do papel.

Apesar de sua fraseologia progressista - a todo momento se enfatiza a participação dos trabalhadores no processo - o plano se limita a propor a aplicação do Estatuto da Terra, uma lei aprovada em 64, sob o regime militar. Desta legislação só foi executada, até hoje, a parte que trata do chamado "desenvolvimento agrícola" (colonização, regulamentação das relações de parceria e arrendamento, política agrícola etc) deixando engavetado o título que trata da reforma agrária. Mesmo assim, essa reforma agrária é bastante tímida, pois se propõe a desapropriar exclusivamente as terras improdutivas que constituem metade da área total dos latifúndios, ou 200 milhões de hectares. O Estatuto, portanto, não estabelece nem uma área limite às propriedades, o que é uma exigência usual nas reformas realizadas em países capitalistas.

Outra limitação do Estatuto - e da própria constituição - é a exigência da indenização das benfeitorias à vista e em dinheiro, e da terra pelo seu valor de mercado, ou "justo valor". Ainda que permitindo este pagamento em títulos da dívida pública resgatáveis em até 20 anos, o assentamento dos 7,1 milhões de trabalhadores rurais poderá custar à nação no mínimo 30 bilhões de dólares, sem contar os investimentos posteriores, como financiamentos à produção.

Evidentemente, esse valor pode ser considerado baixo em comparação com o que o país está pagando por ano, apenas de juros da dívida externa: 12 bilhões de dólares. Mas aí vem a questão da atual correlação de forças, que nos remete à segunda indagação: mesmo consistindo num arremedo de reforma agrária, já que deixará intocada nas mãos dos grandes proprietários pelo menos metade das terras do país, o plano tem condições de sair do papel?

**O peso do latifúndio contra a tímida reforma**

A julgar pelo saldo das lutas camponesas nos últimos anos - centenas de trabalhadores assassinados e praticamente nenhum latifundiário ou jagunço punido ou injustiçado - a julgar pela fúria e pela guarida que os protestos dos latifundiários têm encontrado junto ao governo e aos meios de comunicação, a correlação de forças parece desfavorável à reforma agrária. O que explica, então, a decisão do governo Sarney de anunciar a intenção de realizá-la?

Em primeiro lugar, a necessidade de atender, ou de pelo menos prometer atender à única reivindicação feita pela Igreja - CNBB a Tancredo Neves, em troca de seu apoio à Aliança Democrática. Em segundo lugar, o receio das consequências dos conflitos no campo e nas periferias das cidades, cada vez mais inchados pelo êxodo rural.

Mas, como a questão social continua predominantemente um caso de polícia, as classes dominantes brasileiras podem conseguir adiar por mais um tempo o sacrifício de sua fração latifundiária. Mesmo porque a modernização conservadora da agricultura acabou por incorporar a maior parte desses latifundiários o caráter capitalista. E, num país como o Brasil, onde o proprietário da terra e do capital são quase na totalidade uma única pessoa, é fácil confundir o caráter da ameaça à desapropriação - mesmo que limitada apenas às áreas improdutivas - com uma política anti-capitalista. A confusão é ainda maior sob o capitalismo financeiro, no qual a terra monopolizada, mesmo que ociosa, é utilizada cada vez mais como reserva de valor e muitas vezes rende mais que a própria atividade agrícola.

Ainda do ponto de vista político sabe-se que os latifundiários têm um grande peso no Congresso, inclusive no PMDB. Já no caso da economia, a agricultura vem cumprindo pelo menos parte de sua função, produzindo para exportação e abastecendo boa parte do mercado interno. Ela tem estado estagnada nos últimos sete anos, mas é um fenômeno que atinge toda a economia. Faltam alimentos, é claro, mas que adianta sobrar, se o povo não tem dinheiro para comprar?

**O verdadeiro conteúdo da Reforma Agrária**

A reforma agrária poderia ter um peso imenso na solução dos problemas do país, desde que articulada a uma série de outras medidas de transformação do modelo econômico do país como o rompimento com o FMI, a estatização do sistema financeiro e o controle dos grandes monopólios industriais. Os milhões de novos agricultores produziram alimentos mais baratos e constituiriam um amplo mercado para produtos industriais. Mas para tomar estas medidas, seria necessário um outro tipo de governo, apoiado na força da organização do movimento operário e popular.

Concretamente, diante do plano de reforma agrária apresentado pelo governo, cabem três posições diferentes.

Em primeiro lugar, estão os latifundiários que fazem coro contra o projeto, atribuindo a ele inclusive consequências e ambições que não são reais. Eles não são bobos. Percebem o risco de que este processo, mesmo que limitado como está sendo proposto pelo governo, venha a se radicalizar sob a pressão dos posseiros, trabalhadores rurais e dos setores do movimento popular. Por isso querem matá-lo no nascedouro. Já estão em campanha para ganhar principalmente o apoio daqueles proprietários - em geral pequenos e médios - que não são visados pela legislação reformista.



Amedrontam-nos dizendo: "hoje só querem desapropriar a nós grandes; mas logo depois chegará a vez de vocês"... A experiência de outros países tem mostrado que o apoio desses pequenos e médios proprietários aos latifundiários pode inviabilizar a reforma agrária.

Uma segunda posição é partilhada pelos setores que, por ilusões ou por praticarem estritamente a política do que é possível reivindicar de acordo com a correlação de forças hoje existentes, apoiam acriticamente o projeto, abandonando as reivindicações mais amplas de reforma agrária, que compõem a tradição dos congressos dos trabalhadores rurais e faz em parte da luta cotidiana dos setores populares no campo.

**Comportamento ambíguo**

Uma terceira posição, que vem sendo defendida pelos setores mais independentes do movimento dos trabalhadores rurais, reconhece os pequenos avanços

mas denuncia as limitações fundamentais do projeto. Denuncia igualmente o comportamento ambíguo do governo da Aliança Democrática que, ao mesmo tempo em que lança um programa de reforma agrária, reprime com dureza as invasões de terras, como ocorreu recentemente em Santa Catarina.

Esta posição implica em duas tarefas: incorporar-se aos que se lançam numa ampla campanha de esclarecimento da opinião pública - rural e urbana - sobre o conteúdo da reforma agrária e de suas vantagens para o país. Em segundo lugar, incorporar-se às lutas dos trabalhadores rurais sem terra e com pouca terra em todo país, reforçando a sua organização independente, incentivando as suas lutas e identificando as terras a serem desapropriadas, exigindo a imediata ação do governo. Com isso, tentando colocar nas mãos dos trabalhadores o controle do processo, que será diferente em cada local, dependendo do estágio de organização popular.

A greve dos metalúrgicos do ABC foi um momento fundamental da luta do movimento operário contra o pacto social e a política de austeridade da "Nova República". Centrando-se fundamentalmente nas questões da redução da jornada de trabalho e no reajustamento escalonado dos salários, os trabalhadores enfrentaram uma nova tática da burguesia: a repressão seletiva e a tentativa de isolar politicamente o movimento.

Nesta conjuntura, novos problemas se apresentaram, colocando de forma mais clara a necessidade da unificação das lutas.

#### AMÉRICO BERNARDES

As mobilizações operárias no ABC abriram o ciclo grevista e o ascenso do movimento dos trabalhadores na década de 70. Desde então o operariado do ABC tem o papel de vanguarda do movimento no Brasil. Papel desenvolvido ano a ano, quando a luta dos trabalhadores do ABC sempre colocava um referencial para a luta do conjunto dos trabalhadores do país. Por isso cada enfrentamento entre patrões e empregados em São Bernardo é acompanhado ansiosamente por todos os que se preocupam com o destino de luta operária e popular no país.

Este ano a campanha do ABC teve uma importância ainda maior. Era o primeiro enfrentamento de envergadura entre o movimento do ABC e os patrões e o governo no quadro da "Nova República". Um teste sobre o comportamento e as táticas da nova forma de dominação de classe que a burguesia impõe.

#### A importância desta greve

Um primeiro grande mérito da greve foi o fato dela ter suportado todo o tipo de pressões feitas contra a sua deflagração. Uma verdadeira campanha foi feita insistindo na necessidade do movimento operário dar "um voto de confiança" na "Nova República" dando tempo para que ela começasse a agir e a mudar o país. Apesar de todo este clima hostil enfrentado pelo movimento, a greve foi definida e teve o papel de ser uma primeira recusa, uma primeira negativa na prática da proposta de pacto social. Na luta, o ABC foi exigir as reivindicações que julgava fundamentais para a luta operária: redução de jornada de trabalho, para 40 horas, reajuste mensal automático, aumento real, estabilidade no emprego etc.

A luta do ABC propagandeou e até mesmo popularizou as reivindicações da Campanha Nacional da CUT e a própria CUT. E serviu para estimular o desenvolvimento do recente ciclo de lutas que se deu no país.

O término da greve se deu com algumas vitórias importantes: vários acordos conquistaram redução da jornada de trabalho, alguns conseguindo chegar às 40 horas semanais. No entanto, boa parcela da categoria não conquistou as reivindicações, fruto de um endurecimento do patronato, particularmente das montadoras, o que determina uma avaliação crítica da luta e de sua condução.

## METALÚRGICOS DO ABC

# O balanço da greve



Pazzianoto: a negociação que não houve



A imprensa burguesa: campanha de desinformação



Fiesp: jogando pesado na repressão

#### A nova política contra as greves

A luta do ABC enfrentou uma nova postura dos patrões e do governo em relação às greves, trazendo importantes lições para as lutas operárias sob a "Nova República".

Não foi feita intervenção nos sindicatos em greve e isto foi alardeado como uma prova das mudanças que a "Nova República" traz. Ao mesmo tempo, o Ministro do Trabalho se esforçava para criar um clima que o governo estava jogando tudo na negociação, negociando "... até a exaustão". Este clima era reforçado por uma verdadeira campanha da imprensa burguesa que ainda primava por falar da importância da greve e os "radicalismo" dos operários. Uma ação coordenada da burguesia para levar ao isolamento político a luta dos metalúrgicos.

Ao mesmo tempo, a repressão atuava, de uma maneira menos escandalosa mas violenta e direta. Houve uma combinação da repressão patronal (com a demissão da espinha dorsal da organização da mobilização, que são os ativistas ligados às Comissões de fábrica, CIPAs, membros das Comissões de Mobilização etc) com a repressão estatal (a polícia reprimindo piquetes, impedindo a entrada nas fábricas dos ativistas demitidos, rondando ostensivamente os locais mais importantes da luta).

Assim, a tática da burguesia na greve ao mesmo tempo que buscava isolá-la do restante da sociedade atacava duramente a mobilização em seu berço.

Do ponto de vista da burguesia, era fundamental derrotar o movimento do ABC: era necessário evitar que as conquistas do ABC polarizassem o con-

junto dos trabalhadores do país, que fosse um exemplo aos trabalhadores no início da "Nova República" para que não exagerem nas suas lutas e reivindicações. A intransigência patronal aliada a política governamental tentaram deixar claro a disposição da "Nova República" em derrotar a vanguarda do movimento operário do país.

#### A política do movimento operário

A burguesia mudou de tática. Isto exige que o movimento operário também mude, avançando. Uma atuação mais "política", mais coordenada da burguesia coloca novas questões e exige novas respostas do movimento operário.

É um erro pensar que é suficiente continuar a organizar as lutas como fazíamos no "velho" regime.

Em primeiro lugar, em um momento em que a burguesia está com a ofensiva política, buscando isolar o movimento operário, é fundamental que os trabalhadores politizem o movimento, acrescentando reivindicações políticas às reivindicações econômicas. Assim não é possível ter a postura de afirmar ser a greve apenas contra os patrões e não contra o governo. O governo será (como foi) contra a greve exatamente por ser um governo dos patrões, agora dirigido por eles de uma maneira até mais direta.

Em segundo lugar, neste momento em que a burguesia busca isolar cada movimento tratando-os (e reprimindo-os) caso a caso, é fundamental que o processo oposto se dê do lado do movimento operário: a permanente busca de uma maior unificação das lutas, de uma atuação conjunta que dificulte a repressão patronal e governamental é uma necessidade vital.

Em terceiro, lutar por reivindicações unificadas (como as reivindicações definidas na Campanha Nacional da CUT) coloca a exigência de articular unitariamente a luta por elas.

O que assistimos nos últimos meses foi um grande número de diferentes categorias lutar pelas mesmas reivindicações em processos separados e isolados. Lutas que não se somaram. A possibilidade real desta unificação das lutas não é um mero desejo, mas uma possibilidade concreta colocada pelo movimento. Possibilidade que colocaria a burguesia na defensiva, que tomaria da burguesia a iniciativa política e que romperia com o isolamento colocado para cada luta. O que seguramente, estimularia o desenvolvimento de novas lutas, aumentando as chances de conquistas concretas para o conjunto do movimento.

O principal problema no encaminhamento da recente greve do ABC foi a sua politização e a conseqüente não unificação das lutas.

Ao não colocar estas duas questões e encaminhar o movimento de uma maneira tal que terminou se vendo isolado em São Bernardo, foi possível que a burguesia concentrasse toda a sua vontade de derrotar o movimento operário no país em cima de um só setor de classe.

Esta questão recoloca de maneira mais forte a necessidade de avançarmos na campanha nacional da CUT. Apesar dos problemas, o movimento operário não foi derrotado, mantendo a sua disposição de luta, como atestam os inúmeros processos grevistas em todo o país. Desta forma, a discussão da preparação e organização da greve geral estão colocadas como tarefas imediatas para o movimento operário, fundamentalmente a CUT.

Professores de São Paulo

# Vitória da chapa "Apeoesp Faz"

Nos dias 29, 30 e 31 de maio foram realizadas as eleições para a nova diretoria da Apeoesp. Votaram 27.681 dos 42 mil associados da entidade. Foi vitoriosa a chapa 1 — **Apeoesp Faz** com 15.330 votos — 55% dos votantes; em segundo lugar, a chapa 2 — **Apeoesp Presente** com 8.909 — 32%, e a chapa 3 — **Alternativa** com 2.395 — 9%. A seguir, apresentamos entrevista realizada com Ednéa Martins, eleita diretora cultural pela chapa **Apeoesp Faz**.

— Qual a avaliação que você faz do resultado das eleições?

Ednéa — O resultado foi muito bom. Em primeiro lugar porque reafirma a trajetória de independência, democracia e luta da entidade, como atesta o programa da chapa vencedora. Já o programa da chapa 2 defendia uma maior participação nos órgãos do Estado e contava com o apoio, em alguns

casos, nada velado da Secretaria de Educação. Em segundo lugar porque a chapa vitoriosa tem uma composição que pode aprofundar esta trajetória da entidade. Em terceiro lugar porque o resultado atesta um apoio muito grande na categoria às propostas da chapa.

— As avaliações anteriores eram de que o resultado das eleições seria mais apertado. A que você atribui essa larga margem em favor da chapa 1?

Ednéa — Em primeiro lugar há que se ressaltar que nas últimas eleições a chapa 2, sem o apoio dos setores ligados ao jornal *Voz da Unidade* teve mais votos que agora, sendo que o nº de sócios praticamente dobrou nesse período. Eles lançaram um boletim em que se colocavam contra a greve, que realizamos a uma semana das eleições, o que lhes valeu um desgaste muito grande em algumas regiões. Outro motivo importante para esse resultado foi a

própria composição da chapa 1, englobando setores que anteriormente se colocavam na oposição à atual diretoria. Isto reforçou a penetração da chapa na região da grande São Paulo que, somada à boa penetração da atual diretoria no interior, proporcionou este resultado.

— Uma discussão importante da campanha foi com relação à chapa 3. Como você avalia o desempenho da chapa 3 nas eleições?

Ednéa — Foi um resultado esperado. Algo em torno de 10% dos votos, o que os colocava desde o início fora da disputa. Se permanecer o seu comportamento durante a campanha de igualar a chapa 1 à chapa 2, creio que apesar de termos posições próximas para o movimento o trabalho em conjunto fica mais difícil.

— Como você avalia os resultados da greve?

Ednéa — Na medida em que não conquistou as reivindicações centrais (trimestral e reposição de perdas do governo Montoro) a greve não foi vitoriosa. Entretanto proporcionou conquistas, tais como forçar o envio da mensagem de abono de 25% para a Assembléia Legislativa. Do ponto de vista da categoria, mostrou que os professores organizados na Apeoesp têm capacidade para desencadear um processo grevista. E recolocou na ordem do dia a discussão da unidade com as demais entidades do magistério.

— E as perspectivas?

Ednéa — Continuar a luta pelo trimestral e a reposição das perdas do governo Montoro. Temos também a tarefa de fortalecer a entidade e suas instâncias, particularmente o Conselho de Representantes que agora tem uma composição qualitativamente superior a anterior.

## Metroviários cariocas mantêm estado de greve

Os metroviários cariocas estão fazendo, em pleno combate, uma séria e conscienciosa avaliação da greve que imobilizou os trens subterrâneos de 11 a 22 de abril último. Foi uma luta que se destacou entre as mais importantes paralisações que, na mesma época, irromperam por todo o país. A greve do metrô do Rio de Janeiro não colocou em primeiro plano as reivindicações econômicas da categoria profissional e, mesmo assim, teve uma adesão de 100% dos empregados apesar de não ter havido piquetes. O destaque principal foi conferido aos direitos, necessidades e interesses dos usuários. "Não queremos aumento. Queremos salvar o metrô", dizia uma das faixas dos grevistas que fundiram numa só peça as suas reivindicações com os interesses da população.

Nesse sentido, foi uma greve política. Denunciou a degradação do equipamento, a quebra das regras de segurança, o funcionamento de trens sem revisão apesar da quilometragem ultrapassada, o canibalismo que depara os trens para transferir peças de uns para outros, transformando um caro equipamento em sucata. Em defesa da população, os trabalhadores do metrô assumiram os riscos de enfrentar a repressão e os rancores de Brizola.

### Experiências de combate

É uma categoria profissional relativamente pouco numerosa. No momento, apenas 3.800 empregados incluindo centenas de funcionários burocráticos. O setor é completamente novo e tecnicamente sofisticado com apreciável contingente de profissionais de nível superior e alta especialização. O interesse patronal estava na separação entre o pessoal técnico e o de linha, na pretensão de dividir para reinar. Mas os trabalhadores do tráfego e da manutenção logo verificaram que os engenheiros e pessoal da informática estavam proletarizados. São assalariados. A liderança sindical demonstrou que os técnicos também são metroviários.

Foi esta unidade combativa que

conquistou tantas vitórias. A primeira, datando de 1983, foi a obtenção da carta sindical. Os metroviários são funcionários do Estado, atuam em setor essencial, mas arrancaram o respeito ao seu direito de sindicalização. Em 1985 conquistaram um acordo coletivo, cujo cabal cumprimento figura entre as reivindicações da greve. Além da data do pagamento de salários no último dia do mês vencido, correção nos casos de desvio de função e promoção de reclassificações, os metroviários alcançaram duas conquistas que o governo Brizola agora tenta torpedear: a eleição de um dos diretores pelos trabalhadores e o reconhecimento dos Conselhos de Representantes "como legítimos delegados da categoria, com garantia de atuação de seus membros".

### Greve e ocupação da empresa

A greve dos metroviários foi precedida pela distribuição de 200 mil cartas à população, expondo os objetivos da luta. Os serviços de áudio da empresa foram utilizados para a "sonorização" das estações: "estamos trabalhando sob protesto contra a política econômica do governo". O Sindicato explicou: "Foi preciso a greve para que o problema começasse a ser discutido com seriedade pelos órgãos competentes. Se não levam a sério a possibilidade de novos acidentes de proporções imprevisíveis, muito menos o respeito aos direitos trabalhistas. A ordem é economizar a qualquer preço. E quem paga é a população e nós metroviários".

A organização da greve, a primeira da categoria, foi toda concebida e executada com base na ocupação da empresa, segundo determinações expostas no boletim de greve nº 4. Entre outras medidas, foi estabelecido e cumprido que "ninguém baterá cartão, nem mesmo o pessoal liberado para cumprir escala normal de trabalho. O pessoal liberado para trabalhar o foi por interesse único e exclusivo dos metroviários... portanto, não falhem. A jornada desses companheiros será normal. Ninguém está autorizado a entrar

nas estações, salvo o pessoal responsável pelas mesmas ou autorizado pelo Sindicato/Comando. Uma vez por dia, durante uma hora mais ou menos, o pátio será energizado com a autorização prévia do Sindicato/Comando de Greve para evitar deterioração de equipamentos dos trens. Fica proibido o uso de bebidas alcoólicas para toda a categoria durante o período de nosso movimento." Até os diretores do metrô obedeceram ao comando de greve. Só podiam abastecer seus automóveis na bomba de gasolina da empresa, mediante licença prévia da direção operária.

### Um estranho "socialista"

O governo foi obrigado a admitir 63 pilotos que já foram chamados a exame e foram dados os primeiros passos para a liberação da verba de 14,5 bilhões para a manutenção do sistema. Uma CPI investiga a insegurança do metrô. A imprensa burguesa foi forçada a ocupar-se do problema, mas omite hipocritamente as denúncias feitas pela greve.

Ao mesmo tempo, Brizola tenta atacar o Sindicato e fomentar a divisão para poder vingar-se dos trabalhadores que lhe arrancaram a máscara. Esse estranho "socialista" que "não negocia com grevista", já começou a descontar os dias parados, o que encerra uma ameaça às férias e aos 13º e 14º salários. Nem há dúvida que tudo isto terá que ser contabilizado para inclusão numa próxima reposição de salários. O governo Brizola cassou o direito conquistado pelos metroviários de elegerem o Diretor de Operação. Continua lançando ataques e insultos contra os trabalhadores. Seus prepostos já se atrevem a fazer ameaças de demissões.

O aprofundado balanço da greve dos metroviários tem tudo para tornar-se um documento mobilizador não só dos trabalhadores como das associações de moradores. As provocações e insultos aos metroviários podem custar um preço politicamente muito alto aos "socialistas" que aceitaram a tarefa humilhante de administrar a crise para a burguesia.

## VIDREIROS/SÃO BERNARDO

### Wheaton conquista Comissão de Fábrica

EM TEMPO conversou com os dez membros da Comissão de Negociação e com os diretores do Sindicato responsáveis pelo ABC, Getúlio e Lídia, e apresenta aqui uma síntese da experiência da luta da fábrica.

A Wheaton está instalada no ABC há 47 anos. Em todo este período só conheceu a mobilização dos trabalhadores em 1979, quando junto com os operários da Scania fizeram greve.

A partir do trabalho que o sindicato, através da subseção de São Bernardo, começou a desenvolver a mobilização da fábrica começou a crescer.

Em 1984 foram realizadas três greves. Em março, a Wheaton parou porque um conjunto de direitos que os trabalhadores haviam adquirido foram retirados pela empresa. Foi uma greve fora da fábrica. Foram conquistados o ônibus, o convênio médico, o funcionamento do restaurante.

A segunda greve, em junho de 1984, foi uma greve dentro da fábrica, por motivos específicos relacionados com o restaurante da empresa.

A terceira greve, em dezembro de 84, reivindicou o não desconto da antecipação de 18% concedida em setembro e também aumento

real, comissão de fábrica, estabilidade no emprego.

Este ano a Wheaton, que tem 2600 trabalhadores, fez várias reuniões, definindo uma pauta de reivindicações a serem apresentadas à empresa. Dentre as reivindicações estavam o aumento real de salário, trimestral, equiparação salarial, mudança do horário de trabalho e a Comissão de Fábrica.

O resultado da negociação foi a conquista de doze das dezessete reivindicações apresentadas, dentre elas a da formação e eleição da Comissão de Fábrica.

Todos a avaliam como a conquista mais importante, a Comissão de Fábrica. Há um prazo de seis meses para que seja definido o estatuto e realizadas as eleições. Durante esses seis meses a Comissão de Negociação terá estabilidade e funcionará fiscalizando o acordo e preparando o processo da Comissão de Fábrica.

Já iniciou-se a discussão dos estatutos. A idéia é estudar os estatutos das Comissões que já existem e a partir daí definir o da Wheaton.

A visão dos companheiros é a de que a Comissão deve trabalhar junto ao sindicato, embora sendo um organismo autônomo em relação a ele.

## Rio Grande do Norte

### Derrotado o pelego

Após 25 anos à frente da Associação dos Funcionários da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a AFURN, caiu definitivamente o pelego Francisco Cavalcanti. Após sofrer profunda derrota na Casubra (Federação dos Servidores Universitários do Brasil), no Congresso de 1984, em Natal, perdeu também a eleição na AFURN, onde mesmo sem concorrer diretamente apostou uma das quatro chapas concorrentes ao pleito do último dia 28/05.

Estas eleições tiveram como referência maior o processo de mobilização recente da categoria. Das quatro chapas concorrentes, uma era liderada pelo pelego Cavalcanti, outra apoiada por setores da administração da UFRN, outra "livre atradora" e por fim a Cha-

pa 3, a vencedora.

Constituída a partir da articulação formada em oposição ao pelego, no bojo da retomada nacional do Movimento dos Funcionários, a chapa 3, União e Mudanças, tem como integrantes companheiros engajados na construção da CUT, militantes independentes e setores do PMDB.

Sendo a AFURN uma das maiores entidades dos funcionários das universidades brasileiras, a presença do Cavalcanti na sua direção se constituía um entrave ao avanço da categoria. Hoje, a tarefa central colocada a nova direção da AFURN é a identificação na categoria de uma entidade de lutas e não uma associação recreativa e assistencialista, como vinha se constituindo. (da sucursal)

Uma das principais reivindicações dos setores combativos do movimento sindical é a abolição do Título V da CLT, que traça as normas de funcionamento dos sindicatos e da estrutura sindical. Recentemente, na sequência de atitudes da Aliança Democrática em relação ao movimento sindical, saiu a proposta do senador Fernando Henrique Cardoso, PMDB-SP, de alterações deste Título V. Seguindo a linha de não mexer no fundamental e alterar no sentido do que já se conquistou, esta proposta está longe da liberdade e autonomia pelas quais tem lutado o movimento operário.

Eduardo Albuquerque

Como parte de várias iniciativas políticas tomadas pela "Nova República", o Senador Fernando Henrique Cardoso, líder do governo no Congresso, apresentou um ante-projeto de alteração do Título V da CLT, que define o funcionamento dos sindicatos como organismos submetidos ao controle do estado.

O movimento sindical combativo tem colocado a reivindicação da abolição do Título V, deixando inteiramente sob a responsabilidade do movimento sindical, de uma maneira livre e autônoma a definição de suas normas, estruturas e maneiras de funcionar. Ao lado dessa reivindicação, o movimento sindical combativo tem exigido a ratificação da Convenção 87 da O.I.T., que define os sindicatos como organismo autônomos do estado e livres de qualquer regulamentação estatal.

Longe de concretizar o reconhecimento da liberdade e autonomia sindical, que o Senador Fernando Henrique Cardoso aponta na justificativa do projeto como um "...compromisso fundamental da Aliança Democrática", a proposta apresentada se limita a "...expurgar do Título V da Consolidação das Leis do Trabalho as disposições mais flagrantemente autoritárias".

#### O que muda?

As mudanças apresentadas no projeto "limpam" o Título V das partes mais descaradamente autoritárias como o artigo 521 que dizia ser "...proibido a propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses da Nação". Afinal, o discurso precisa ser mais moderno...

Ao lado dessas alterações há mudanças que buscam "atualizar" a legislação, buscando retirar da CLT o que o movimento sindical já tornou letormorta. Assim é suprimido o artigo 530, que definia as inelegibilidades: nas últimas eleições sindicais da "Velha República" o sindicalismo ligado a CUT já havia conseguido impor a volta ao sindicato de diretores que haviam sido cassados pelo Ministério do Trabalho e o exemplo já começava a proliferar pelo país. Não há porque manter esse artigo.

Uma outra atualização é a supressão do artigo 528 que autorizava o Ministério do Trabalho a intervir nos sindicatos. É uma mudança de duplo caráter: por um lado o movimento sindical combativo conseguiu resistir às intervenções que sofreu, inviabilizando a política governamental de quebrar o funcionamento de um sindicato com essa medida; por outro lado, já há na "Nova República" uma política de repressão e controle do movimento sindi-



cal que dispensa a intervenção nos sindicatos, ao lançar mão de uma repressão mais seletiva e direta do movimento.

Ainda na linha das atualizações está a revogação da portaria do Ministério do Trabalho 3337 de 1978 que proíbe as associações de caráter intersindical. Esta medida já foi inclusive aplicada pelo Ministro Almir Pazzianotto que a revogou.

#### Pequenas liberalizações

Há ainda um conjunto de pequenas liberalizações do funcionamento sindical. Dentre elas poderiam ser citadas a redução do tempo de inscrição no quadro social do sindicato para se tornar elegível que passa a ser de 60 dias, a exigência da apresentação da lista dos filiados aptos a votar 60 dias antes das eleições, a definição do controle do processo eleitoral por uma Assembléia Geral que definirá uma Comissão de associados que providenciará a organização do processo, liberaliza o tratamento dado aos recursos do sindicato e acrescenta a distribuição de recursos orçamentários destinados ao financiamento das chapas concorrentes, suprime o artigo que definia o que deveria conter os estatutos do sindicato, retira a exigência de que os registros contábeis sejam feitos "...em conformidade com o plano de contas e as instruções baixadas pelo Ministério do Trabalho".

Quanto à representação dos trabalhadores nas empresas o ante-projeto de Fernando Henrique abre a possibilidade de existirem representações e delegacias no âmbito das empresas, deixando a sua regulamentação a cargo de acordo ou convenção coletiva de trabalho. Assim, ao mesmo tempo que abre um certo espaço, impõe uma fiscalização patronal a este tipo de representação, pois a submete a um acordo prévio entre patrões e empregados.

E finalmente, digno de nota é a revogação da proibição da sindicalização dos funcionários públicos.

#### O que não muda

Em primeiro lugar a "contribuição sindical" (o imposto sindical): todo o capítulo que a define é intocado. Há pequenas alterações, no sentido libera-

lizante na sua utilização, na aplicação dos recursos dela proveniente. Mantem-se ainda o poder dos sindicatos de "...impor contribuições a todos os que participam das categorias ou profissões representadas". A manutenção da contribuição sindical é decisiva para definir a persistência dos sindicatos como organismos submetidos ao controle estatal, pois não há outra maneira de se cobrar um imposto que não seja a coerção, capacidade do estado na sociedade de hoje. Ao mesmo tempo mantém as bases objetivas do peleguismo e do imobilismo sindical: com a contribuição compulsória não há a necessidade do sindicato ser atuante e mobilizar suas bases para garantir a sua sustentação se ela já está garantida. Mantida a contribuição sindical, o pilar fundamental da CLT está preservado.

O papel do ministério do Trabalho na estrutura sindical também é, no fundamental, preservado: toda associação sindical deve nele se inscrever, é o próprio Ministério que declara a perda da investidura sindical.



Em relação ao enquadramento sindical foi mudada a Comissão de Enquadramento Sindical, que passa a ser constituída por três representantes do Poder Executivo, seis das Confederações de Categorias econômicas e seis de Confederações de Profissões. Todas as controvérsias sobre enquadramento sindical serão resolvidas por essa Comissão, havendo no entanto possibilidade de recurso ao Ministério do Trabalho.

Assim, no vértice da estrutura sindical está, como antes, o ministério do Trabalho.

Todo o restante da estrutura sindical a partir dos sindicatos é mantido: as federações, as confederações, a possibilidade de "pulverização" dos sindicatos (divisão de um antigo em novos).

#### Mudar o acessório para preservar o essencial

Este ante-projeto deve ser analisado com atenção, pois parece indicar as linhas mestras da política sindical da Nova República.

A discussão deste ante-projeto parece ter sido um pouco congelada em função das greves que se desenvolveram: a "Nova República" não quis de imediato abrir mão da possibilidade de intervir nos sindicatos, por exemplo. Há conflitos sobre a oportunidade e o ritmo de implementação dessas mudanças. No entanto, o Ministério do Trabalho tem aplicado, a conta-gotas, este ante-projeto. Já colocou em vigor a revogação da portaria 3337/78, deu um prazo de um ano para as entidades sindicais definirem em suas assembleias as normas para o funcionamento do processo eleitoral.

O sentido mais geral deste ante-projeto é o de, preservando o que há de mais importante para o controle estatal sobre o movimento operário (imposto sindical, presença do Ministério do Trabalho no vértice da estrutura sindical), retirar o que já está ultrapassado pelo próprio movimento. O que está por trás desta política é a necessidade que a "Nova República" tem de não perder as rédeas sobre o movimento operário e sindical e a de facilitar ao máximo a vida de seus aliados no sindicalismo.

É fundamental para a "Nova República" o fortalecimento de um polo no movimento operário que seja favorável ao pacto social e que lhe dê apoio, contrapondo-se aos setores combativos do movimento. Qualquer mudança mais profunda na estrutura sindical atingirá em cheio os que vivem e sobrevivem à custa dela: e estes são justamente os maiores aliados do governo no movimento sindical.

## O Trabalho realiza 8º "Encontro"

**T**razendo editorial vinculando as greves à luta pela imediata convocação da Constituinte, o jornal **O Trabalho** em sua edição de número 244 traz informações sobre o 8º Encontro Nacional da corrente. Trata-se, segundo **O Trabalho**, em avaliação desprovida de qualquer modéstia, de "uma atividade inédita e sem precedentes no partido (PT)" e que "mostra na prática que o desenvolvimento do movimento operário, que no Brasil impulsiona a construção do PT e da corrente trotskista em seu interior, cria a todo momento experiências novas para fazer frente e avançar em seu fortalecimento."

É que, aprofundando o giro para dentro do PT deliberado no 7º Congresso Nacional em 1984 — quando a Organização Socialista Internacionalista passou a se chamar Fração IV Internacional —, **O Trabalho** realizará este ano um encontro legal, convidando os membros da articulação dos 113 para participarem como observadores. No encontro, será discutida, emendada e votada uma proposta de resolução preparada pela direção da corrente.

O eixo da proposta de resolução,

além das propostas já conhecidas, é a de realização de um Encontro Latino-americano de Trabalhadores para organizar a luta anti-imperialista. De acordo com o documento, a "perspectiva dos Estados Unidos Socialistas da América Latina não pode ser concebida como algo válido para um futuro longínquo" mas como uma "perspectiva que norteia o combate imediato dos revolucionários".

Em artigo apresentando "O que é a Fração IV Internacional", após um pequeno histórico das tradições teóricas da corrente, **O Trabalho**, provavelmente referindo-se à sua postura anterior de combate ao PT e ao sindicalismo autêntico, afirma que "a riqueza da luta de classes, a aversão ao dogmatismo e ao sectarismo, o aprendizado no interior do movimento real dos trabalhadores fez com que os trotskistas acompanhassem a evolução deste combate no Brasil, integrando-se à luta pela construção do Partido dos Trabalhadores". O recado, no entanto, é dirigido a "todos os grupos organizados no interior do PT" que ao invés de defender os interesses do conjunto do movimento e do partido, vivem a "alimentar os seus projetos exclusivos".



## Tribuna da Luta Operária elogia e saudações ao PC do B

**A**ssim como o **Voz da Unidade**, a **Tribuna** abre com ênfase as suas páginas para a campanha pela legalização do PC do B. O assunto é manchete na edição de número 218 ("Comunistas requerem legalidade: Nova fase na vida do PC do B") e é tema de artigos destacados a cada número.

O editorial da edição 218 é todo ele elogios ao PC do B que é chamado de "destacamento avançado da classe operária", "representante da classe verdadeiramente revolucionária, o proletariado", "instrumento poderoso, hábil politicamente, com uma razoável experiência acumulada". Ao final, em uma espécie de saudação a si próprio, o editorial afirma: "A **Tribuna Operária**

concorda com esta política e saúda o PC do B legal".

Enchendo de elogios a si próprio, a **Tribuna** nem se dá ao trabalho de avaliar as outras correntes do movimento operário que se reclamam do comunismo: "são grupos que visam confundir e dividir o movimento operário e que são incentivados pelas classes dominantes".

Em longa entrevista na página 3, Amazonas conclama os militantes a triplicarem a força eleitoral do PC do B nas próximas eleições gerais. Mas a tática do partido nas próximas eleições para as prefeituras não será, afirma Amazonas, a de lançar candidatos próprios: o PC do B deverá "coligar com outras forças para eleger elementos avançados".



## Voz da Unidade contra o voto útil

**A**s últimas edições do **Voz** saíram no compasso do esforço do PCB pela sua construção como partido legal. A edição de n.º 250 traz na capa a manchete "O PCB cresce" e o editorial sobre o tema. O **Voz** não esconde as suas pretensões: o PCB, "expressando a vontade da classe operária, se oferece aos brasileiros como a alternativa política do futuro o instrumento da luta pela democracia no rumo do socialismo" (grifos nossos).

Apesar do otimismo das manchetes ("22 estados já têm PCB" - edição n.º 251), dos comentários entusiásticos sobre as reuniões e encontros que estão sendo realizados, o jornal não consegue esconder as dificuldades e incertezas da política do partido.

A primeira delas é o fato de haver resistência de parlamentares do PCB incrustados no PMDB, adaptados à sigla e à máquina deste partido, a se assumirem plenamente como PCB. Giocondo Dias, em entrevista publicada no **Voz** n.º 251, afirma que o PCB tem "dez deputados federais, vinte estaduais e cem vereadores, além de quase uma dezena de prefeitos". No entanto,

até agora apenas Roberto Freire do PMDB pernambucano e Fernando Santana do PMDB baiano assumiram para todos os efeitos a sua condição de pecebistas. Giocondo na entrevista trata o problema com cuidado: "os deputados que ajudamos a eleger em 1982 são de outros partidos. Será oferecida a eles a possibilidade de concorrer nas próximas eleições pela nossa legenda e o nosso desejo é que todos eles se filiem ao Partido Comunista Brasileiro. Entretanto, não vamos encaminhar esta questão por decreto".

A segunda dificuldade está na relação com o PMDB nas próximas eleições de novembro: candidatos próprios ou candidatos da "unidade da frente democrática", como sempre defendeu o **Voz**? Condição para a opção à análise das situações locais, o **Voz** defende com ardor os dois turnos para as eleições nas capitais. O PCB que usou e abusou do voto útil em 1982 contra o PT, agora afirma: sem os dois turnos, "teríamos um pluripartidarismo formal, com dois partidos com possibilidades reais de disputar o poder e os demais permanentemente premidos pela tendência natural do eleitorado de "votar útil".



**D**epois de bater na tecla das eleições diretas já durante várias edições como palavra de ordem central para o momento, a **Convergência**, após denunciar a emenda Sarney que restabelece eleições para presidente em 1988, levanta agora com centralidade a bandeira da convocação imediata de uma Assembléia Nacional Constituinte. O tema é tratado no editorial da edição número 41. Além de reivindicar a proposta já defendida pelo PT, a **Convergência** agrega: "que a Assembléia Constituinte governe, sendo a expressão mais democrática do povo brasileiro". Não aparece mais a defesa das eleições diretas, que não é contraditória e deveria ser combinada corretamente com a bandeira da Constituinte. E, a correta defesa da soberania que deve ter a Constituinte é confundida com a defesa de que ela seja governo!

Outro tema tratado com destaque é o posicionamento sobre o PT diante das eleições municipais. A **Convergência** critica a proposta de coligações com o PMDB e o PDT e defende que "as convenções petistas lancem um chamamento ao PC e ao PC do B para que rompam com os partidos patronais e com o governo da Aliança Democrática, conformando com o PT um bloco

## Convergência Socialista Constituinte já

eleitoral classista para lutar contra a fome, o governo e o imperialismo."

Polemizando com Jair Meneguelli sobre a avaliação da greve do ABC, a **Convergência** critica a direção dada ao movimento e a estratégia da operação "vaca-brava", que "em vez de engajar os patrões, contribuiu para confundir a categoria." Além disso, "por achar que bastava a greve metalúrgica para triunfar, a direção do movimento deixou que ele fosse ficando isolado, até o momento em que só as montadoras de São Bernardo estavam em greve, facilitando aos patrões enfrentar uma por uma."

Por fim, um assunto polêmico. Em um artigo intitulado "Papa castiga clero progressista" e aprofunda os atritos na Igreja", a **Convergência** explicita a sua posição sobre a punição do frei Leonardo Boff pelo Vaticano. O espaço maior é para explicar que a posição de cúpula da Igreja progressista faz parte de uma estratégia oportunista para preservar a influência popular da Igreja e, ao final, arremata: se Boff quer ser realmente conseqüente com sua "opção preferencial pelos pobres", deve romper com a Igreja a que está submetido como "funcionário voluntário e assalariado".

O principal problema enfrentado hoje pelo conjunto dos trabalhadores da América Latina é a política de austeridade implementada no continente a partir das orientações do Fundo Monetário Internacional — o FMI. Mesmo naqueles países onde a luta dos trabalhadores conseguiu derrubar os regimes de ditadura militar, os governos mantêm o básico da política de austeridade.

Desta forma, a luta pela garantia e avanço da democratização combina-se fundamentalmente com a luta contra o imperialismo e sua ação na região.

Em muitos casos os trabalhadores já recorreram à greve geral como forma de luta, sem conquistar o rompimento dos contratos de seus países com o FMI. Cada vez mais coloca-se a necessidade de unificação destas lutas e está em preparação o I Encontro Latino-americano sobre a Dívida Externa.

A seguir apresentamos três matérias básicas sobre o tema, tratando das lutas travadas pelos trabalhadores, da problemática da dívida externa e da preparação do Encontro.

AMÉRICO BERNARDES

## Apesar das dificuldades, o caminho da unidade

A necessidade da realização de um fórum amplo e unitário, onde pudessem ser discutidos os problemas que os trabalhadores latino-americanos têm enfrentado com relação à política de austeridade ditada pelo FMI, e também pudessem ser trabalhadas formas de lutas unitárias, vem se colocando a cada dia com mais urgência.

Já foram desenvolvidas várias iniciativas neste sentido. Agora está marcado (como data indicativa) o I Encontro latino-americano de trabalhadores sobre a dívida externa para os dias 4 e 6 de novembro deste ano.

A marcação deste encontro passa por um caminho que tem contado com inúmeras dificuldades. Por ocasião do I Congresso da CUT (realizado em São Bernardo em agosto passado), a Central Uruguia - PIT/CNT e a CUT decidiram encaminhar seus preparativos, com o apoio da Federação Sindical Mundial/FSM, (hegemonizada por setores pró-União Soviética), da Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres/CIOLS (de orientação social-democrata), da Central Latino-americana dos Trabalhadores/CLAT (vinculada à Central Mundial dos Trabalhadores/CMT, de orientação democrata-cristã) e do Congresso Permanente de Unidade Sindical dos Trabalhadores da América Latina/CPUSTAL (vinculado à FSM). Foram procuradas a Conclat e a COB para dar os primeiros passos nesta direção.

### A Conferência em Lima

Durante esta preparação, foi realizada em Lima a Conferência Latinoamericana sobre a Dívida Externa e o Futuro da América Latina entre os dias 26 e 30 de novembro de 1984, convocada pelo Movimento Popular pela União Latino-Americana/MOPUL e pela Universidade dos Trabalhadores da América Latina/UTAL vinculados à CLAT. Neste encontro compareceram representantes de organizações de trabalhadores, populares, sociais e técnicas de doze países (entre elas a CUT/Brasil).

A linha das resoluções é denúncia da política econômica e da ingerência do FMI, trabalhando a perspectiva política da dívida e o condicionamento de seu pagamento ao desenvolvimento do continente. Contudo, em termos de ações concretas a conferência foi ainda mais tímida. Reforça de forma abstrata a necessidade de que deve-se lutar pela unidade dos povos latino-americanos e apóia a convocação de uma conferência sindical.

### As posições em debate

A realização deste encontro conta com a dificuldade adicional de unificar tendências com posições bastante distin-

tas. Por um lado, temos a Organização Regional Interamericana de Trabalhadores/ORIT (vinculada à CIOSL), que, em reunião realizada em Cuernavaca, no México em agosto passado, adotou posição de apoio ao pagamento da dívida, com a retomada do crescimento econômico e alteração das relações internacionais, chegando a declarar que "os governos, bancos e instituições financeiras devem dar-se conta de que a cooperação e o compromisso dos trabalhadores (...) são essenciais para o crescimento e o desenvolvimento da região". Ainda nesta reunião a AFL-CIO (central sindical norte-americana) chegou a defender a adoção de medidas protecionistas pelo governo dos Estados Unidos. Também a CLAT vai nesta linha. No documento de seu XX Conselho (Caracas - Venezuela em julho de 84) afirma a necessidade de uma política coordenada entre os países sem que haja maior custo político para a democratização e maior custo social para as majorias nacionais e populares.

Por outro lado, temos as posições que reivindicam o imediato rompimento dos contratos com o FMI e a suspensão de qualquer pagamento, na linha de que a América Latina não tem condições de pagar sua dívida. Denunciam a formação da dívida, baseada nas ditaduras implantadas com o apoio do imperialismo. São basicamente as posições da PIT/CNT, da CUT ou da COB (entre outros). Estas posições revelam um grande patamar de acordo geral, o que permite o desenvolvimento de ações unitárias em larga escala.

Também é importante observar as posições defendidas por Cuba. Em entrevista ao jornal mexicano *Excelsior*, Fidel Castro declara que a dívida deve ser cancelada, pois é impagável. O pagamento deveria ser feito pelos governos dos países credores, assumindo-a como parte de sua dívida pública (como exemplo citado o caso dos EEUU, que terá uma dívida pública em 1986 da ordem de US\$ 2 trilhões, cinco vezes a dívida total da América Latina; os juros poderiam ser pagos com 10% dos gastos militares atuais).

### A necessidade da unificação

Embora exista este leque de posições diferenciadas, é necessário e fundamental o Encontro de forma ampla e unitária, como forma de pressão aos setores moderados ou aos que tem posições vacilantes. Neste sentido, foi realizada recentemente nova reunião preparatória em Montevidéu - Uruguai, por ocasião do 1º de maio. Participaram PIT/CNT, CUT, CGT/Argentina, CPTe (Central Paraguai dos Trabalhadores no Exílio - existem duas atualmente), CTC/Cuba

## Os trabalhadores latino-americanos e o FMI



com o apoio da FSM, CMT, CLAT e CPUSTAL.

Esta reunião lançou o chamamento à realização do Encontro no princípio de novembro deste ano, elegendo um Grupo de Trabalho (CUT/CONCLAT/PIT-CNT/CGT) e estabelecendo a formação de um Comitê de Iniciativa composto pela CTM-México, COB, CLA (Conselho Laboral Andino), CNT-Chile, CTC-Cuba, CST-Nicarágua, CTV-Venezuela, além das que já compõem o grupo de trabalho. Até este momento não houve a reunião do grupo de trabalho, basicamente devido ao fato de a CGT Argentina não ter seus representantes.

Mais recentemente, durante a IV Conferência Sindical pela Unidade e Solida-

riedade dos Trabalhadores do Caribe, realizada em Guadalupe no México entre 10 e 12 de maio, foi aprovada a realização de uma Conferência Sindical Latino-americana sobre a Dívida Externa nos dias 15 a 17 de julho em Cuba. Esta reunião poderá ser um momento oportuno de fortalecimento da proposta do Encontro.

Como se vê, são passos dados na direção de um objetivo fundamental que se tem mostrado difícil de ser alcançado. Cabe às centrais que têm clareza da necessidade de realização deste encontro, em particular à PIT-CNT e à CUT, o máximo de esforços no funcionamento do grupo de trabalho e na garantia de que o Encontro seja realizado na data prevista, não havendo novo adiamento.

### GREVES GERAIS NA AMÉRICA LATINA (a partir de jan/84)

data	país	entidade convocadora	observações
18/01/84	Uruguai	PIT/CNT	— luta por melhorias salariais — por liberdades democráticas
17/02/84	Bolívia	COB	— duração de 48 h — contra a política econômica do governo
22/03/84	Peru	CTP / CTRP / CNT / CGTP	— luta por melhorias salariais e pelo fim do arrocho — o governo decretou 72 h de Estado de Emergência
24/04/84	Rep. Dominicana	(*)	— manifestações populares iniciadas em 23, com greve a partir de 24/04 — exige rompimento com FMI e diminuição dos preços — luta durou vários dias com forte repressão, saldo: 60 mortos, 450 feridos e 4500 presos.
31/05/84	Bolívia	COB	— governo anuncia suspensão do pagamento da dívida — decreto de 130% de aumento do salário mínimo
30/10/84	Chile	CNT	— greve contra a ditadura — criada central ligada à AFL-CIO que se declara contra a greve (CDT) — paralisação atinge 80% dos trabalhadores
1/10/84	Equador	FUT (CTE / CEDOC / GEOL)	— contra a política econômica ditada pelo FMI
11/02/85	Rep. Dominicana	(*)	— realizada após 2 semanas de protestos — reivindica o rompimento com o FMI, suspensão da dívida e diminuição dos preços.
15/02/85	Uruguai	PIT/CNT	— aumentos de salários
08 a 25/03/85	Bolívia	COB	— reintegração de dirigentes — reivindica salário mínimo vital, renúncia do presidente da República. — 10.00 mineiros ocupam La Paz — durante a greve a COB lança chamamento à tomada do poder — decretado reajuste de 330% do salário mínimo
27/03/85	Equador	FUT (CTE / CEDOC / GEOL)	— contra a política econômica do governo
23/05/85	Argentina	CGT	— contra a política econômica — por melhores salários

\* - Na Rep. Dominicana o chamamento à greve foi feito pelo Conselho de Unidade Popular que engloba 52 org. populares. Existem 5 centrais sindicais que formam a Coordenadoria Sindical.

Fontes: Boletins CIDAS e revistas INPRECOR, PERSPECTIVA MUNDIAL e Intercontinental Press.

# Doze greves gerais contra o imperialismo

A aplicação da política econômica ditada pelo Fundo Monetário Internacional pela maioria dos governos da América Latina tem encontrado grande resistência por parte do movimento operário. Como registramos no quadro anexo, já foram realizadas doze greves gerais em sete países, algumas que concentravam seu eixo na luta contra as ditaduras responsáveis pela aplicação desta política, como é o caso do Chile e Uruguai (onde a última greve geral serviu para praticamente enterrar a ditadura militar implantada em 73). Em outros casos, os processos que demarcaram a realização destas greves foram de profundo acirramento da luta de classes, particularmente na República Dominicana (quando foram assassinadas cerca de 60 pessoas, feridas 450 e realizadas 4500 prisões pelo governo dito social-democrata) e mais recentemente na Bolívia, quando a COB chegou a fazer o chamamento à tomada do poder.

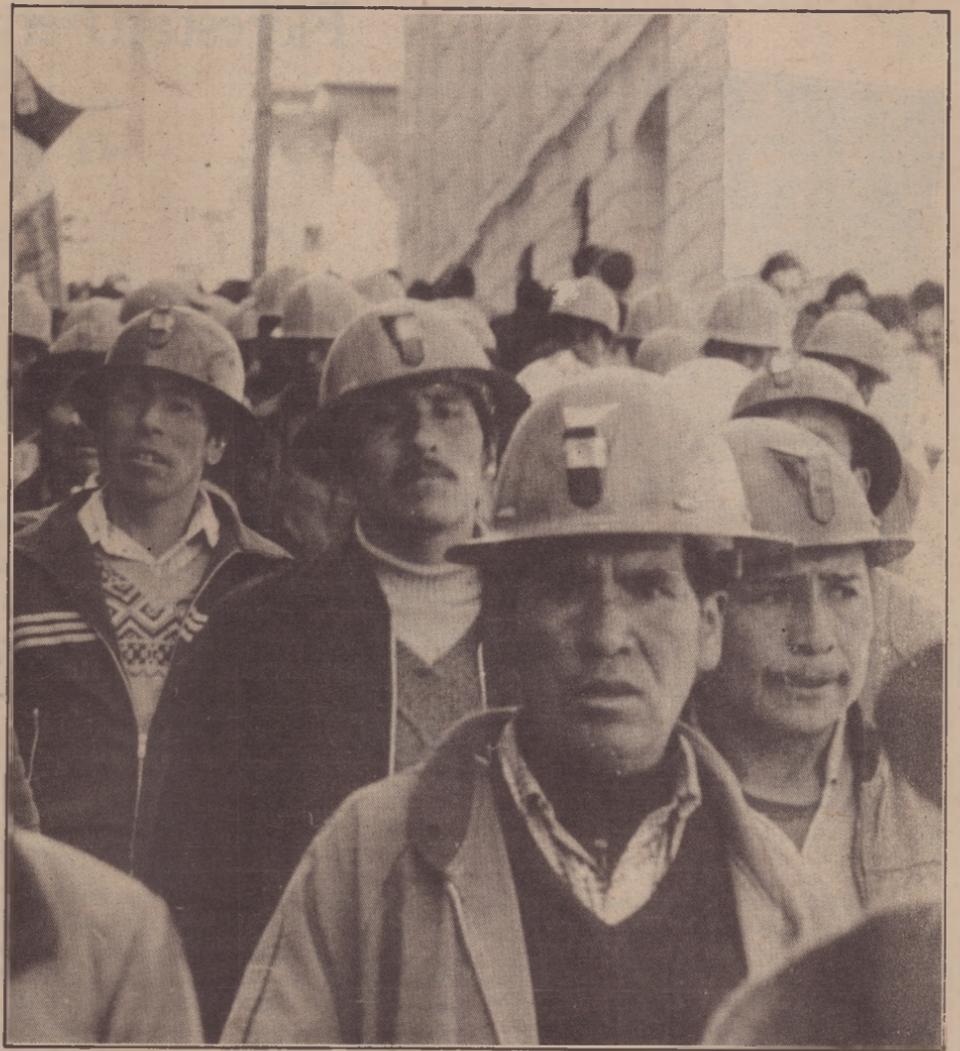
Entretanto, a luta contra a política de arrocho salarial e austeridade econômica não ocorre apenas nestes países. Na Colômbia já foi levantada a necessidade da convocação de uma greve geral contra o arrocho e a política do FMI; no México já foram realizadas jornadas de protesto.

Outro dado importante é a situação do Brasil. Já tivemos a experiência importante do 21 de julho de 1983, com paralisações e manifestações de trabalha-

dores em várias regiões do país, particularmente em São Paulo e Vale dos Sinos (RS) onde houve ampla adesão ao chamamento da greve nacional. Após esta iniciativa, houve a tentativa frustrada de 25 de outubro de 1983 (que se apoiava na luta contra a política econômica, pela reforma agrária, contra o regime militar e fora o FMI). Depois disto, cada vez se coloca com mais urgência a necessidade de preparação da greve geral. Como dados importantes podemos citar que em 1984 aconteceram 620 greves no país com a participação de 3 milhões de trabalhadores; este ano aconteceram 82 greves em janeiro, 67 em fevereiro e só em uma semana de abril haviam 53 greves, sendo que os eixos básicos foram a melhoria das condições de vida e salário (a maioria centrava na reivindicação de redução da jornada de trabalho, aumentos de salários e reajustes trimestrais).

## Um inimigo comum

Contudo, a combatividade dos trabalhadores da América Latina reforça cada vez mais a questão fundamental que se coloca: a luta isolada dos trabalhadores de um só país, mesmo se constituindo como um passo importante, é incapaz de fazer frente a um inimigo que atua de forma global e diferenciada no continente (seja através do apoio às ditaduras ainda existentes, seja através da pressão aos governos para que não ensaiem medidas conjuntas ou até através de medidas mais radicais como a ação



Mineiros bolivianos ocupam La Paz durante 16 dias

militar — no caso de El Salvador e particularmente Nicarágua).

## A reunião de Cartagena

Os governos latino-americanos já demonstraram a sua incapacidade de fazer frente de forma conjunta ao imperialismo e seu agente financeiro — o FMI (com as óbvias excessões de Cuba e Nicarágua). Reunidos em Cartagena no México em junho do ano passado, ministros de 11 países (englobando cerca de 94% da dívida externa da América Latina) reconheceram os problemas causados pelo endividamento, mas recuaram

na iniciativa de compor o chamado "clube dos devedores", garantindo o tratamento da dívida país a país, de forma isolada. Este recuo se deu fundamentalmente devido às pressões do governo Reagan (a Argentina chegou a apresentar a proposta de tratamento global mas foi obrigada a recuar).

Portant a tarefa concreta de dirigir a luta global dos povos da América Latina contra o imperialismo e o FMI cabe aos trabalhadores, em particular aos setores mais avançados do operariado, organizados em suas centrais sindicais.

## Só de juros, 40 bilhões de dólares por ano

A dívida externa latino-americana reflete claramente a política que o imperialismo tem para a região. Como se observa no gráfico, seu principal crescimento se deu em períodos de vigência das ditaduras militares no continente (em particular no Cone Sul). A instauração destes regimes deveu-se também às necessidades do imperialismo de barrar as iniciativas que já haviam na direção de uma maior autonomia, que viesse a prejudicar estes interesses.

Atualmente a América Latina tem uma dívida que já beira a casa dos 400 bilhões de dólares tendo que pagar só de juros a quantia de quase 40 bilhões de

dólares por ano. A situação é insustentável para a maior parte dos países e já aconteceram revoltas populares em vários deles. Por outro lado, a aplicação da política de austeridade ditada pelo FMI tem sido responsável pela destruição importante do parque industrial, pelo aumento do desemprego e pela queda brutal do nível de vida das populações. Os próprios ministros do exterior e fazenda reunidos em Cartagena, no México, reconheceram que a renda per capita hoje vale o mesmo que a de dez anos atrás e que hoje o desemprego já atinge 25% da População Economicamente Ativa (dados dão conta de que o desemprego e sub-emprego atingem cerca de 40% da PEA).

bilhões de dólares



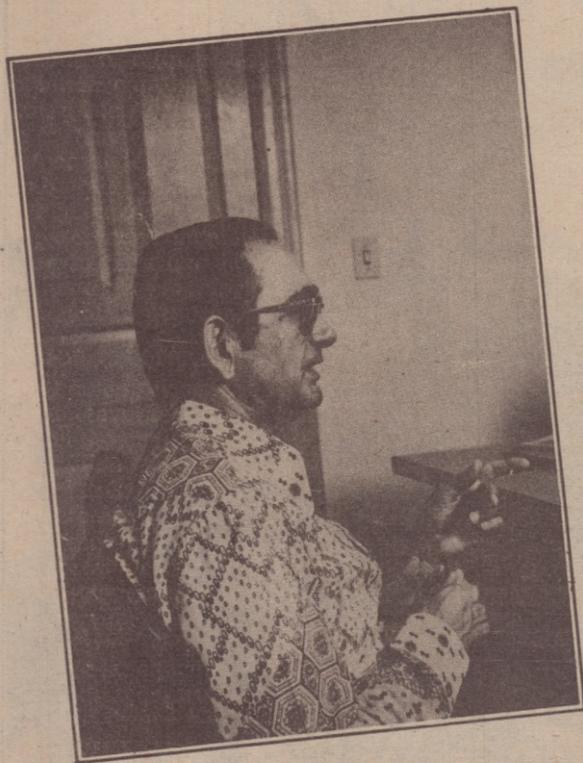
## DÍVIDA EXTERNA E MISÉRIA NA AMÉRICA LATINA

país	dívida externa (*) (em US\$ bilhões)	renda per capita (em US\$) (**)	dívida per capital (em US\$) (**)
Argentina	44,4	2.520	1.535,2
Bolívia	5,3	570	427,5
Brasil	100,0	2.240	690,7
Colômbia	11,0	1.390	362,8
Costa Rica	3,6	1.430	1.520,4
Cuba	2,8	—	—
Chile	20,0	2.210	1.491,6
Equador	7,0	1.350	789,2
El Salvador	1,8	700	208,6
Guatemala	1,35	1.130	195,3
Guiana	1,0	—	—
Haiti	1,0	300	90,4
Honduras	1,65	660	450,0
México	95,9	2.270	1.091,0
Nicarágua	3,385	920	964,5
Panamá	3,5	2.120	1.484,2
Paraguai	1,7	1.610	416,7
Peru	13,0	1.310	637,7
Rep. Dominicana	2,5	1.330	337,0
Uruguai	5,0	2.650	1.467,2
Venezuela	35,0	4.140	1.825,0

\* — dados referentes ao ano de 1984

\*\* — dados referentes ao ano de 1982. De 82 a 84 houve aumento da dívida e queda da renda per capita em praticamente todos os países devido à política de recessão.

Tabela extraída dos documentos da "Conferência Latinoamericana sobre a Dívida Externa e o Futuro da América Latina", convocada pelo MOPUL e UTAL. Fontes: Banco Mundial, CEPAL e OCDE.



Florestan Fernandes

# “O solo da história de um partido”

*Com o interesse e a atenção de quem está sempre preocupado em discutir as questões da luta política dos trabalhadores, Florestan nos recebeu para esta entrevista. Crítico implacável da Aliança Democrática — e de quem concilia com ela — Florestan discute aqui com prioridade os problemas da construção de um partido revolucionário no Brasil.*

Entrevista a JUAREZ GUIMARÃES

— Como você caracteriza a situação política em que estamos vivendo?

**Florestan** — Com o chamado “pacto conservador” entre o PMDB e os setores dissidentes do PDS, tivemos o encerramento de um ciclo e o início de um outro. Houve uma redefinição política da forma assumida pela dominação de classe. As classes dominantes conseguiram superar os obstáculos que minavam a sobrevivência da ditadura e retiravam as suas condições de se reproduzir. Era uma situação dramática para as classes burguesas que, aliás, foi bem percebida por Ulysses Guimarães quando ele disse em uma reunião da Executiva do PMDB em Brasília que ou se ia para o Colégio Eleitoral ou ocorreriam explosões sociais. Os grandes comícios populares adquiriram de forma crescente o mesmo significado da rebelião dos operários nas fábricas, da rebelião dos trabalhadores no campo.

Era uma situação marcante na história brasileira e que permitiria entender melhor os rumos da história. A qualidade da luta de classes havia se alterado. Nestes últimos vinte anos, principalmente a partir de 1968, o desenvolvimento econômico acelerado contribuiu para modificar tanto a composição quanto os dinamismos de classe no Brasil. A classe trabalhadora urbana cresceu muito e se diferenciou também com o processo de industrialização massivo. A penetração do capitalismo no campo, com a grande empresa agro-industrial e a agricultura moderna, levou a um processo importante de proletarianização rural. Foram criadas novas condições de concentração e de manifestação dos trabalhadores em defesa de sua independência de classe, dos seus interesses coletivos. Apesar da ditadura reprimir os movimentos políticos dos trabalhadores, ela não pôde impedir que estas transformações explodissem na cena histórica.

— Poderíamos dizer então que esta mudança na forma de dominação é uma adaptação das classes dominantes a estas tendências mais profundas da luta de classes?

**Florestan** — Eu diria que mais do que uma mudança na forma de dominação, houve uma mudança nas relações das classes. Até agora a burguesia conseguiu

manter um certo despotismo a nível político, a nível econômico, a nível cultural. Todavia, a capacidade de resposta do proletariado, dos trabalhadores rurais se alterou e é aí que está a chave da questão. Embora o desenvolvimento da independência de classe dos trabalhadores não tenha sido levado às últimas consequências, ele atingiu um patamar histórico alto e muito significativo. Os trabalhadores passaram a se manifestar diretamente contra a supremacia burguesa, que é o conceito que Marx e Engels usam no Manifesto Comunista para designar a dominação de classe. No ABC e nas greves dos trabalhadores rurais, não está em jogo só o nível de salários, mas também os direitos políticos dos trabalhadores, como a liberdade sindical, a liberdade partidária e por aí afora. Estamos vivendo uma nova fase que surge do desenvolvimento da independência de classe e que permite ao proletariado conquistar peso e voz na sociedade civil. É isso o que caracteriza o momento atual.

E ainda não deu tempo para que estes processos políticos se refletissem na forma política de dominação de classe da burguesia. É isto o que explica como este regime que sucede à ditadura tenta lidar com “luva de pelica” em relação às pressões que vêm de baixo, procurando transferi-las para o futuro, procurando absorvê-las, fazendo o mínimo de concessões. Há uma ambigüidade no comportamento da burguesia e uma ambigüidade no comportamento do governo.

Aquilo que chamam de avanços democráticos está se realizando não porque os de cima estejam tendo uma compreensão liberal do processo político mas porque eles não têm outro remédio. A pressão de baixo para cima adquiriu tenacidade, continuidade e força.

— Com a formação da “Aliança Democrática”, as classes dominantes construíram uma unidade importante que permitirá ao governo, ao contrário do que ocorria nos últimos anos da ditadura, tomar iniciativas políticas importantes. Que novidades isto traz para a luta de classes?

**Florestan** — O seu questionamento envolve muitas questões. Quanto à unidade da burguesia, ela não aumentou

com a política recente. A derrota da ditadura significa que a sua base social e política estava se fragmentando. A ditadura havia permitido unificar a burguesia. As pressões que levaram a ditadura viver a sua crise final, quebraram esta frente.

De outro lado, ainda que a retaguarda deste regime seja uma retaguarda militar bastante saliente, o momento atual é de muita perplexidade para os vários setores da burguesia. Um governo nascido de uma composição de forças não tem as mesmas facilidades e auto-determinação que o regime que resultava de uma ditadura militar. E o governo que resultou de uma eleição, ainda que seja uma eleição fechada, é um governo intrinsecamente débil porque ele tem de conquistar a sua legitimidade perante a nação e os diferentes movimentos políticos. Ele tem que provar a sua capacidade de responder a pressões que não podem ser suprimidas pela força, esmagadas. Isso não implica deixar de reconhecer que as classes dominantes naturalmente possuem mais campo para atuar do que, por exemplo, a pequena burguesia ou os trabalhadores do campo e da cidade.

Neste período de ditadura, as classes trabalhadoras foram privadas de meios de auto-emancipação coletiva que pudessem organizar as suas lutas. Já durante o Estado Novo foi criado um padrão burguês de paz social que instaurou o sindicalismo pelego, ligado ao Estado. De outro lado, os partidos identificados com os interesses das classes trabalhadoras foram proscritos. Então, durante estes últimos anos, os poucos meios organizados de luta cresceram através das próprias lutas do movimento: as comissões de fábrica, a renovação que se deu no movimento sindical — o chamado “novo sindicalismo” —, a tentativa de criar mecanismos capazes de unificar a ação dos sindicatos etc. O único partido que pode acompanhar legalmente este processo com identidade proletária foi o PT e, de outro lado, os agrupamentos que se enquadravam dentro do PMDB nem sempre jogaram esta bandeira de luta com mais intensidade.

Assim, o avanço das classes trabalhadoras foi considerável. Mas ele desem-

boca no vazio porque neste momento as classes dominantes podem ocupar todo o seu quadro de dominação institucional e as classes trabalhadoras possuem ainda meios fracos de auto-afirmação.

— Você poderia falar mais desta sua visão de um “atraso” na construção dos instrumentos de luta do movimento operário frente às necessidades colocadas pela luta de classes?

**Florestan** — É claro que no momento em que a transição do regime se dá por via parlamentar, as classes burguesas podem levar muitas vantagens relativas. Quer dizer, os meios de auto-emancipação, da classe trabalhadora têm de ser criados agora, nestas condições. É isto o que deixa a burguesia tão tonta, tão insegura: muitos setores das classes dominantes entendem o que isto significa. E querem impedir que este processo se aprofunde, se consolide.

Por sua vez, as classes trabalhadoras não estão avançando com ritmos muito intensos, em uma velocidade compatível com as exigências da situação. É uma velocidade pequena em relação ao seu potencial exatamente pela carência de instrumentos institucionais.

É preciso entender que sob a ditadura, os principais grupos com identidade proletária — PCB, PC do B e mesmo o PT — tinham um campo de ação política limitada, sendo que o PCB, o PC do B estavam mais preocupados com a conquista da legalidade e ainda presos a um esquema, por causa deste objetivo, de colaboração de classes. Assim, a contribuição que eles poderiam dar ao desenvolvimento da independência de classe foi muito menor do que poderia ser. Por sua vez, o PT não define claramente qual é o eixo principal de sua esfera política, qual é o socialismo do PT. Existem várias correntes — comunidades de base, sindicalistas, grupos de extrema-esquerda — e não há uma definição clara de qual é o tipo de socialismo pelo qual luta o PT.

Então, no conjunto, nós temos uma situação em que os meios organizativos de luta estão abaixo dos problemas com que se defronta a classe trabalhadora. Na medida em que a situação atual permite o aparecimento de novos partidos,

# está fértil para a construção revolucionário”



a luta política entre estes partidos vai fortalecer a classe. Estes partidos têm de atentar agora para a natureza da situação: o que eles devem fazer segundo não a estratégia do poder burguês mas a partir de uma perspectiva proletária. Nisto, apesar das divisões, das retaliações, do sectarismo, das diferenças ideológicas, a situação atual é muito rica. E ela vai naturalmente compelir estes partidos a uma proletarização de seu horizonte político, vai obrigá-los a se desprenderem ou de uma visão de cauda política da burguesia ou então de uma versão empobrecida de social-democracia.

— **Você falou que o movimento operário se apresenta com meios organizativos abaixo das tarefas diante dele colocadas pela conjuntura. Quais são estas tarefas a seu ver?**

**Florestan** — Há um certo revolucionarismo subjetivo que conduz muitos militantes socialistas e comunistas a considerar como não importante o espaço que a classe trabalhadora possa dispor para se afirmar de uma forma independente, em termos de garantias jurídicas e políticas. Atualmente é muito importante para as classes trabalhadoras que elas possam finalmente dispor de condições para criar sindicatos independentes, capazes de promoverem em escala nacional e em perspectiva internacional a defesa dos interesses dos trabalhadores. É muito importante para os trabalhadores criar partidos efetivamente proletários que lutem pelos interesses dos trabalhadores de forma independente e, ao mesmo tempo, tendo em vista os antagonismos fundamentais entre o capital e o trabalho.

Isso significa que uma das tarefas das classes trabalhadoras está voltada para a consolidação da democracia, não em termos burgueses mas em termos proletários.

Na América Latina, nós temos uma burguesia ultra-reacionária, resistente aos processos de revolução nacional, de revolução democrática. Assim, a questão da democracia não é uma questão abstrata, filosófica ou ideológica. Ela é

claramente uma questão política vinculada à presença das classes trabalhadoras na história. É preciso que tanto o movimento sindical como os partidos políticos que gravitam em torno da classe trabalhadora ou que julgam que são representantes dos interesses destas classes, se proletarizem em limites nítidos. Que eles não sejam partidos de colaboração de classes.

O outro lado da questão é que não devemos ter uma perspectiva falsamente obreirista. O proletariado avançou muito nos últimos anos, como eu caracterizei há pouco. Mas até pela existência da ditadura, o proletariado teve de avançar de uma maneira relativamente oculta, para abrir o seu espaço. Então, nós temos uma situação curiosa: a presença histórica dos trabalhadores é saliente, é nítida, é forte. Agora, a consciência de classe dos trabalhadores não tem a mesma maturidade, é obscura, é ambígua. Pode-se explicar isso objetivamente pela forma de desenvolvimento capitalista, pelas pressões da burguesia, pela vitalidade dos meios de comunicação de massa no capitalismo monopolista. Há várias explicações convergentes. Mas uma coisa é entender, outra coisa é pensar que os proletários possam ter uma presença política, uma identidade política à altura de suas responsabilidades se os valores, se a firmeza ideológica coletiva dos trabalhadores não se pautarem por uma perspectiva efetivamente negadora da ordem. É preciso que o trabalhador tenha não uma consciência obreirista neutra, mas uma consciência e identidade revolucionárias. Na conjuntura que nós vivemos, portanto, é essencial a difusão do socialismo revolucionário e do comunismo revolucionário.

Enfim, de um lado, conteúdos proletários na luta pela democracia e, de outro, elementos comunistas, socialistas na consciência de classe dos trabalhadores.

É claro que não estamos ainda naquela fase da luta pela conquista do poder. Esta fase não é o produto de um milagre nem pode ser criada artificialmente. Ela só pode ser criada através da acumulação de forças, da capacidade que as clas-

A pressão de baixo para cima adquiriu tenacidade, continuidade e força



ses trabalhadoras têm, de um lado, de se organizar de forma independente como e enquanto classe e, de outro, a capacidade de neutralizar a dominação burguesa. A menos que exista uma situação revolucionária e que os processos caminhem com maior rapidez. Mas, caso contrário, é preciso que as classes trabalhadoras conquistem um espaço de luta política organizada para depois crescer como forças capazes de transformar a ordem existente e de criar uma sociedade nova.

— **Uma pergunta final. Como você entende que podem ser rompidos os impasses na construção do partido revolucionário hoje no Brasil?**

**Florestan** — As condições materiais, as condições objetivas para que isto se realize começam a existir na sociedade brasileira. Hoje existe um solo histórico que permite às classes trabalhadoras darem um salto de qualidade.

Eu creio que se exagerou muito no Brasil a importância primordial do partido. O elemento primordial vem a ser a classe, a consolidação da classe. Só ela pode criar um ambiente, um clima para a existência de um partido proletário. O que explica o grande êxito dos bolcheviques é a existência de uma classe operária que revelou uma grande tenacidade na luta de classes, na luta política. O fundamental eram as condições objetivas para a existência do partido. E estas condições só se dão em termos do desenvolvimento independente da classe e da capacidade dos trabalhadores de estabelecerem certas relações de conflito com a burguesia. Hoje pode surgir no país um partido proletário capaz de cumprir todas as funções, criar condições para o aparecimento de intelectuais revolucionários com vínculos orgânicos com a classe trabalhadora. Por isso é que os

problemas de organização são hoje tão importantes.

Por outro lado, eu acho que nós deveríamos superar alguns obstáculos que herdamos do passado: a tendência ao sectarismo, à luta fratricida entre pessoas que defendem objetivos análogos. O inimigo principal não é o companheiro em ideologia, em atividade política. O inimigo principal é o inimigo principal do proletariado, a burguesia, o imperialismo. Então, é preciso desenvolver uma concepção política mais flexível e mais criativa, que desemboque numa possibilidade de fortalecer o movimento operário a nível político. E principalmente, é preciso adquirir uma maturidade maior em relação ao que aconteceu nas outras sociedades em que houve revoluções. Nós nos dividimos ideologicamente e politicamente pelas fronteiras históricas das revoluções conquistadas e ignoramos a fronteira histórica das revoluções a conquistar. Então, acaba sendo muito mais importante, por exemplo, a luta entre trotsquismo, estalinismo e maoísmo. Embora tudo isso seja muito importante do ponto de vista de uma cultura proletária, do ponto de vista ideológico, nós precisamos ver que estamos no fim do século XX.

As revoluções na América Latina estão se caminhando para um nível político diferente. Se se apanha, por exemplo, o que ocorreu no Chile e o que está ocorrendo na Nicarágua podemos ter a idéia de que a classe operária quer percorrer o caminho de pluralismo político e ideológico, de democracia efetiva, de luta anti-imperialista implacável. Não se trata de fazer uma síntese ideológica e política entre correntes diferentes, entre soluções que não podem ser solucionadas. Trata-se de conviver politicamente com estas diferenças e fazer com elas não enfraqueçam a luta de classes do proletariado.

# Os marxistas e a punição de Leonardo Boff

*A investida do Vaticano contra a Igreja latino-americana progressista recoloca com atualidade toda especial a questão da relação entre marxistas e cristãos.*

João Machado

A pena imposta pelo Vaticano a Leonardo Boff, de "silêncio obsequioso por um tempo conveniente" é um assunto que diz respeito apenas aos membros da Igreja Católica ou interessa também a outros, em particular aos marxistas?

Naturalmente, o assunto diz respeito a todos. Boff não foi punido por uma controvérsia teológica "pura", mas por ter abordado temas que questionam a estrutura atual da Igreja católica, seus vínculos com as classes dominantes, e por defender uma mudança profunda, vinculando a Igreja aos setores explorados e oprimidos, contribuindo para a sua emancipação. A condenação de Boff pelo Vaticano não é um fato isolado, mas faz parte de uma investida contra a Igreja latino-americana progressista, que inclui a **Instrução sobre alguns aspectos da "Teologia da Libertação"**, da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé (que é um documento contra a Teologia da Libertação) e principalmente as pressões contra os sacerdotes sandinistas, que já chegaram à expulsão de Fernando Cardenal da Companhia de Jesus e à suspensão de seu irmão Ernesto e de Miguel d'Escoto.

A punição de Boff provocou uma onda de protestos, de demonstrações de solidariedade de católicos e até de bispos, numa demonstração de que a Igreja latino-americana não se deixará facilmente domesticar pelo Vaticano.

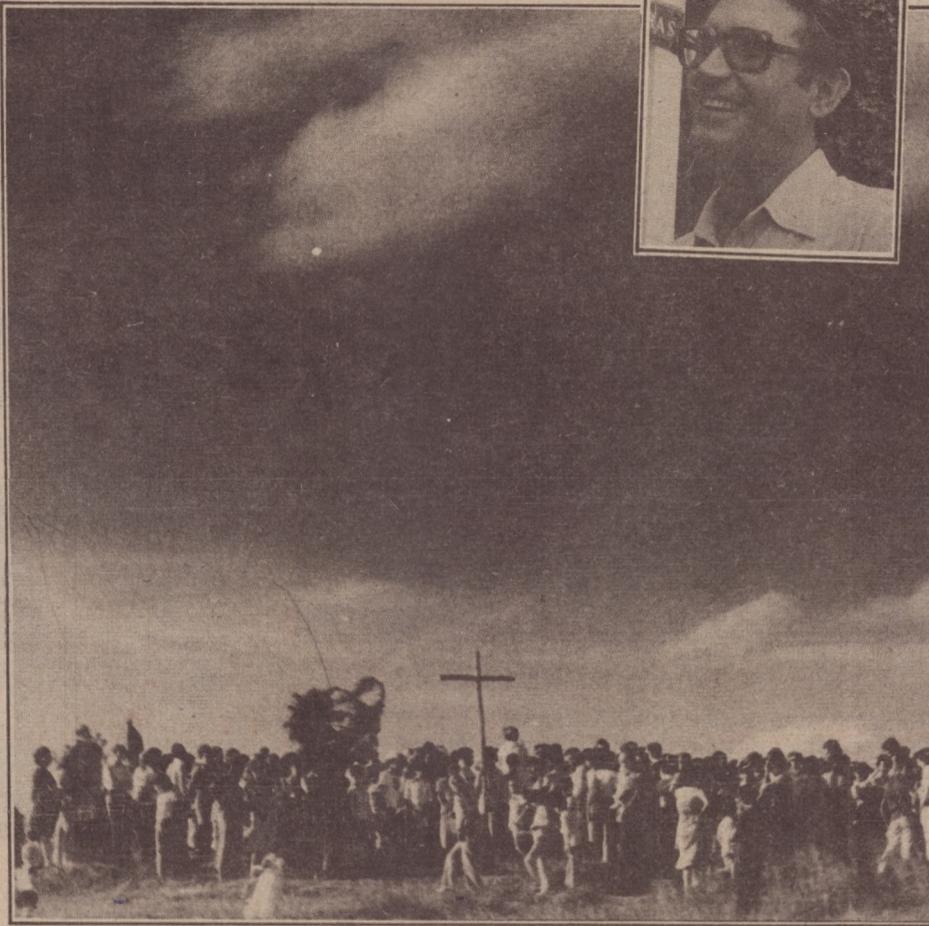
## Os cristãos e a revolução

Está em jogo, portanto, o futuro da Igreja católica na América Latina, sua relação com as várias classes sociais e com as lutas pela libertação nacional e social, como a que se desenvolve na Nicarágua.

Do ponto de vista dos marxistas, interessa sobretudo avaliar até que ponto as correntes progressistas da Igreja avançam no processo de lutas populares e como podem colaborar na perspectiva da revolução. A atitude dos padres sandinistas, que têm enfrentado Roma para não ceder no seu compromisso revolucionário, é expressiva. Para os que militamos no PT, também a questão tem um interesse prático evidente: vários setores ligados à Igreja católica têm uma participação muito expressiva no PT, e no movimento popular em geral. Têm de ser levados em conta em qualquer projeto revolucionário.

Assim, a velha questão da relação entre marxistas e cristãos ganha uma atualidade toda especial. E no primeiro plano está o problema da relação entre a Teologia da Libertação e o marxismo (que é, aliás, um tema central nas "acusações" da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé a esta teologia).

Podemos dizer que a Teologia da Libertação se mostrou capaz de assimilar elementos importantes do marxismo. Chama a atenção a análise da sociedade a partir do modo de produção e das classes existentes, com o conseqüente reconhecimento da realidade da luta de



classes. Por exemplo, o folheto da Editora Vozes, **Teologia da Libertação: o que é?**, diz: "a humanidade está dividida em opressores e oprimidos, em classes sociais que lutam entre si. A luta de classes é um fato. De um lado, os capitalistas oprimem sempre mais os proletários, do outro os proletários querem se libertar".

## Aceitação da luta de classes

Tradicionalmente, os setores conservadores, inclusive a Igreja católica, acusavam os marxistas de "pregar a luta de classes", de recusarem a boa convivência entre os homens para pregar a divisão. Em afirmações como a que citamos, a Teologia da Libertação responde a estes argumentos exatamente com a resposta marxista: a questão não está em querer ou não querer a luta de classes, mas em reconhecer a existência de um fato que independe da nossa vontade.

Mais que isto, a Teologia da Libertação reconhece que a luta de classes divide a própria Igreja. Em **Igreja, Carisma e Poder** Boff mostra como desde que o cristianismo se tornou a religião oficial do Império Romano a Igreja institucional se identificou com o poder e com as classes dominantes, acomodando-se aos mais diversos regimes, inclusive ao nazismo. Segundo Boff as classes dominantes incorporaram a Igreja a serviço da "ampliação, consolidação e legitimação de sua dominação, especialmente para conseguir a aceitação da hegemonia por todos os indivíduos e grupos sociais". Mesmo com as mudanças posteriores ao Concílio Vaticano II a Igreja continua conservadora: "a Igreja mesma se modernizou em suas estruturas, adaptadas à mentalidade funcional da modernida-

de, secularizou-se em muitos de seus símbolos, simplificou a liturgia e tornou-a adequada ao espírito do tempo. O discurso da Igreja se fez mais profético no sentido de denunciar os abusos do sistema capitalista e a marginalização do povo. Neste nível não apresentava uma perspectiva alternativa, mas reformista, aquilo que era suportável pelos grupos modernos da sociedade. Não pedia, fundamentalmente, outro tipo de sociedade, mas mais participação nesta que aí está dentro do sistema liberal moderno de capitalismo avançado e tecnológico".

## Uma Igreja nova está nascendo

Contudo, Boff acha que "não é fatal que a Igreja se componha com o bloco histórico hegemônico. As classes subalternas solicitam, por sua vez, a Igreja em sua estratégia por mais poder e autonomia face às dominações que sofrem. A Igreja pode secundar e justificar a ruptura do bloco histórico e prestar-se a um serviço revolucionário". E aqui vem a conclusão mais ousada para um teólogo: "Os fiéis estão presentes tanto de um lado como do outro; a Igreja é atravessada, inevitavelmente, pelos conflitos de classe e pode assumir tanto uma eventual função revolucionária quanto uma função fortalecedora do bloco hegemônico".

Boff reconhece o caráter conservador atual da Igreja, de sua estrutura de poder. Mas é otimista quanto às possibilidades de mudança, a partir do caráter fundamentalmente revolucionário da mensagem do Cristo, e de práticas como as das comunidades eclesiais de base. Curiosamente, a passagem em que Boff mais afirma o seu otimismo chama-se **Sara, a estéril, concebeu**. Ele

conclui: "talvez a Igreja-instituição, experimentada e prudente como todas as anciãs, ao ouvir estas reflexões sorria como a velha Sara, a que era estéril. Ela já não crê na possibilidade de concepção. Ela sorri. Entretanto, seja-nos permitido sonhar e colocarmo-nos no lugar de Abrão que ouviu de Deus a pergunta: 'por que se ri Sara? Há porventura algo de impossível para Deus?' Sorri, Sara, porque de estéril te tornaste fecunda, de velha foste transformada em nova! Sara já concebeu. Já começam a aparecer, no seio da velha Sara, os sinais da nova vida: uma Igreja nova está nascendo, nos porões da humanidade."

## A fé cristã e o marxismo

Em concepções como esta, aparecem tanto incorporações feitas pela Teologia da Libertação de elementos importantes do marxismo quanto algumas distâncias. Compartilhamos com Boff do projeto de fortalecer um bloco histórico dos oprimidos, contraposto ao bloco das classes dominantes. Naturalmente reconhecemos que há setores da Igreja que participam deste projeto, na teoria e principalmente na prática (de que, repetimos, o exemplo mais importante até agora é o dos padres sandinistas). Mas somos muito mais céticos quanto à possibilidade de incorporar à luta pela emancipação social e pelo socialismo a totalidade da Igreja, a instituição: afinal, com sua própria comparação, Boff reconhece que é caso de intervenção direta de Deus ...

## Solidariedade

Boff diz não ser marxista pelo "acolhimento da transcendência concreta da história", e em geral pela fé cristã. Coloca, portanto, o problema da distância entre marxismo e cristianismo pelo lado da postura filosófica e religiosa.

Mas o que importa sobretudo é saber até onde os cristãos podem ir na prática, por onde na prática os vínculos religiosos atrapalham os setores progressistas da Igreja católica (e de outras Igrejas). O desenvolvimento da Teologia da Libertação mostra que setores religiosos podem ir longe. Mas há questões em que a integração à Igreja católica pesa de maneira claramente negativa: já mencionamos uma crença pouco razoável nas possibilidades de sua transformação radical, o que tem a ver provavelmente com a disposição de Boff de aceitar a pena que lhe foi imposta. Outra questão é que a convivência de explorados e exploradores na Igreja leva à inclinação por uma linha de colaboração de classes.

Assim, os elementos do marxismo assimilados pela Teologia da Libertação são importantes, mas não são suficientes para definir uma linha política global e coerente com os interesses históricos dos trabalhadores. O que não impede que os marxistas, além de nos solidarizarmos com os punidos pela direção do Vaticano, tenham todo o interesse de avançarmos nesta discussão e na colaboração prática com os defensores da Teologia da Libertação.